

LISBOA

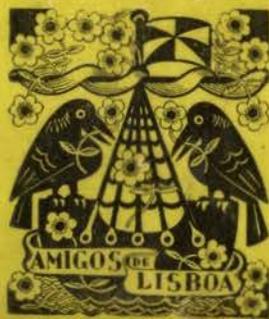
BOLETIM DO
GRUPO

"AMIGOS DE
LISBOA"



ANO VIII
N.º 32

OUTUBRO
1945



COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS



CASA DA VELHA

Telefone, 2 6069

J. MARQUES, L.^{DA}

GRANDE SORTIDO EM

Casacos de Senhora e Criança

E FATOS A' MARINHEIRO

Novidades em tecidos de
— algodão, lã e sêda —

Rouparia, Camisaria e
enxovais para Baptisados

151, 153 - RUA DOS FANQUEIROS - 155, 157 — 2, RUA DA VITÓRIA, 4



Soalhos brilhantes,

economia de tempo e de cêra,
só o consegue V. Ex.^a se possuir uma

Enceradora Electrolux

Peça uma demonstração gratuita em
sua casa

ELECTROLUX, LIMITADA

Av. da Liberdade, 141 — LISBOA

Aspiradores de pó, Frigoríficos domésticos e Máquinas de lavar roupa

LIVRARIA PORTUGALIA

75, Rua do Carmo, — Telef. 2 0791
LISBOA

Livros nacionais e estrangeiros

*Grandes sortidos das melhores
edições inglesas e americanas, de*

L I T E R A T U R A ,
E S T U D O ,
A R T E ,
H I S T O R I A ,
M E D I C I N A ,
E C O N O M I A ,
D I R E I T O ,
etc., etc.

Sempre as melhores novidades

MÓVEIS DE MADEIRA PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO
ORÇAMENTOS GRATIS

THE MODERN OFFICE, L.^{TD}

Telef. 23465

Rua do Alecrim, 107 — LISBOA

A Embelezadora Moderna

Propriedade e Direcção Técnica de
BENJAMIM GOMES

Rua Silva Carvalho, 57-59 — LISBOA

TELEFONE 6 2276

CASA ESPECIALIZADA EM ENCERAMENTOS DE SOALHOS E MOBÍLIAS

Aplainar, raspar, imitar à inglesa, encerar e lustrar

VENDEM TODOS OS ARTIGOS DE LIMPEZA

Passadeiras, Tapêtes, Ceras para soalhos, etc., etc.

Distribuidores do produto

"EMBELEZITA"

A mais barata de todas

A melhor cera para soalhos, mobílias, oleados, corticite, etc.

A única cera que não se pega aos pés e que conserva os soalhos na côr primitiva

UMA EXPERIÊNCIA CONVENCERÁ

Companhia do Papel do Prado

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar),
Penedo e Casal Ermio (Lousã), Valé Maior (Albergaria-a-Velha)

Premiada em tôdas as exposições a que tem concorrido

Medalhas de Ouro: Exposição Universal de Paris de 1900,
Universal dos Estados Unidos do Brasil de 1908 e
Industrial Portuguesa de 1929

**Execução rápida de papéis em todos os géneros, tendo
sempre em armazém papéis para tôdas as aplicações**

Especialidade em papéis de máquina contínua,
de escrever, de impressão, manilhas, afiches
e imitação de «Couché»; Papel de côr para
capas; Papéis de embrulho; Papel Kraft; Vegetal;
Papelão palha; Papéis de máquina redonda
almoços, Leornes, mezenas, etc. À venda em todos
os estabelecimentos de papelaria e armazéns

Telefones: DIRECÇÃO 2 3623 — Armazém 2 2332

Escritório 2 2331 — Do Estado 188

R. dos Fanqueiros, 270 a 278-2.º

Escritório e Depósito: SEDE

LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51

PORTO

Esta revista é impressa em papel da
COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

OS PRODUTOS da:

Companhia Portuguesa de Tabacos

SÃO OS PREFERIDOS
PELO FUMADOR EXIGENTE

PICADOS: «Superior», «Francês»,
«Virginia», «Duque», «Holandês» e
«Águia»

CHARUTOS: «Irene» e «Argonautas»



Cigarrilhas

Gamas, Avis, Diana, Legionários,
Delta, Eureka, Menta, Lusos, Pro-
visórios, Sporting, Navalistas, Ele-
gantes, Turquesas, Tip-Top, Tagus,
Sereias, Luxo, Sado, Argus, Asés, Sagres, Chic,
Lisboa P. Peitoral

SÃO MARCAS DA

Companhia Portuguesa de Tabacos

Arrendatária das Fábricas
e marcas de Tabacos do Estado

AGÊNCIA HÉLICE

— DE —

Alfredo Rodrigues dos Santos

COMÉRCIO
IMPORTAÇÃO
EXPORTAÇÃO

CORRETOR DE SEGUROS
REPRESENTAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Avenida da Liberdade, 69

Telefone 22119 — LISBOA

AGENCIA BRITISH PAINTS

ALFREDO RODRIGUES DOS SANTOS

Agentes exclusivos da

BRITISH PAINTS, LTD.

A maior e mais moderna Fá-
brica de tintas do Mundo. —
Cansórcio das 6 melhores Fá-
bricas inglesas e mais 18 asso-
ciadas de todo o mundo. —

Av. da Liberdade, 69 — LISBOA

CHÁ CELESTE

preto e verde, uma delícia!

Os «Amigos de Lisboa»,

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO



Uma Companhia de Seguros que honra Lisboa

COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedora dos melhores
— e mais lindos mobiliários —

CÓMODAS DE ESTILO — PORCELANAS
DE SAXE — ESPELHOS DE VENEZA —
CANDEEIROS DE CRISTAL, DE FERRO
FORJADO E DE MADEIRA — TAPEÇARIAS —
MARQUISSETTES E VOILES SUÍÇOS —
CARPETES DE LÃ



Companhia **ALCOBIA**

R. Ivens, 14 (Esquina da Rua Capêlo)

Telef. 2 6441



Fácil de preparar, de sabor agradável, é um excelente reconstituente altamente nutritivo e de notável digestibilidade. — O alimento ideal para colegas, desportistas, jovens, mães enfraquecidas, débeis, convalescentes e pessoas idosas.

NESCAO

É UM PRODUTO NESTLÉ

A marca que inspira confiança

NÃO VENDE APARELHOS
NEM EXECUTA INSTALAÇÕES



A COMISSÃO LUMINOTÉCNICA
PORTUGUESA

RUA DO ALECRIM, 67-1.º — TELEFONE, 23997

ACOMPANHANDO O PROGRESSO DA
ILUMINAÇÃO ELÉCTRICA, PRESTA A SUA
ASSISTÊNCIA A QUEM PRETENDA ME-
LHORAR AS SUAS INSTALAÇÕES OU
FAZER INSTALAÇÕES NOVAS



ESTABELECE GRATUITAMENTE QUAISQUER
≡≡≡ PROJECTOS DE ILUMINAÇÃO ≡≡≡

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL
Rápido serviço de combóios eléctricos — Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima,
Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises
Clínicas — Gimnástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sôbre o mar. Restaurante — Bar.

PISCINA de água tépida — SALA de ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bares
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

VINHO DO PORTO

«GRAHAM»

«Emperor»
«Five Crowns»
«Six Grapes»
«Imperial Dry»

— «Tawny» Velhissimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve

GUILHERME GRAHAM JNR. & CA.

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa
Tel. 20066,9

Rua dos Clérigos, 4
Pôrto
Tel. 880/1

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Em 1881, há 64 anos,
a EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

constituíu-se com dois vapores no total de 2.538 toneladas;

Em 1918, sucedeu-lhe a
COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

que explora hoje cêrca de 86 mil toneladas e

AO SERVIÇO DO IMPÉRIO

leva o nome de Lisboa a todos os mares do Mundo.

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62377-62378
AVENIDA 24 DE JULHO 100 - LISBOA

ADQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL
DE QUALIDADE SUPERIOR

LÂMPADAS
LUMIAR
MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE
Fabrico nacional



AO PEDIR

ÁGUA MINERAL

PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

Efeitos imediatos na digestão



Á venda em toda a parte

OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

SUMÁRIO



ESTUDOS OLISIPONENSES NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Pelo Eng. *A. Vieira da Silva*

FONTE DA ALDEIA — CHAFARIZES DA CIDADE

pelo Prof. *Armando de Lucena*

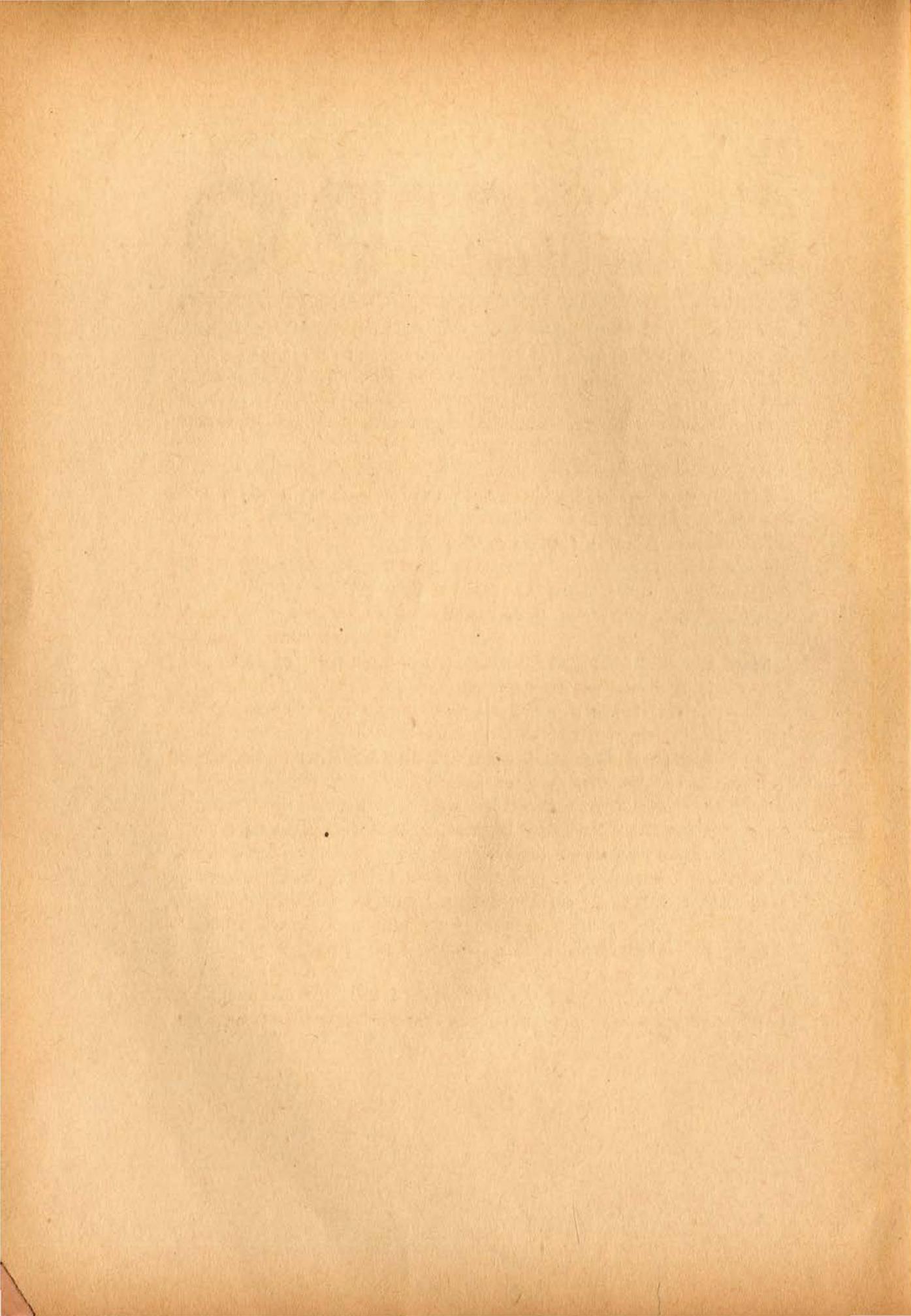
UM VESTÍGIO DOS CRUZADOS INGLÊSES DE 1147 NA TOPONÍMIA DE LISBOA

Pelo Eng. *A. Vieira da Silva*

- O PORTO DE LISBOA ATRAVÉS DOS SÉCULOS
por *José Dias Sanches*
- A IGREJA DE NOSSA SENHORA DE JESUS (Continuação)
por *Ferreira de Andrade*
- A I SEMANA DOS AMIGOS DE LISBOA
- FEIRA DA LADRA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS

OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES



ESTUDOS OLISIPONENSES NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

pelo Eng. A. VIEIRA DA SILVA

Em 31 de Agosto de 1934 foi aventada no «Diário de Lisboa», pelo já então ilustre cultor de estudos olisiponenses, Norberto de Araújo, a idéia da criação duma Cadeira dêsses estudos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A idéia foi tão bem acolhida, e os argumentos para essa criação foram tão convincentes, que no dia imediato o Director da referida Faculdade, prof. Dr. Silva Correia, em carta àquele escritor, e por êste publicada no «Diário de Lisboa» de 3 de Setembro, aceitou-a de braços abertos, e prontificou-se a patrociná-la, para que ela se transformasse em realidade.

A Câmara Municipal de Lisboa passou imediatamente a interessar-se também pelo assunto, e em sessão de 6 de Setembro, a voz autorizada do ilustre olisipógrafo, então vereador, Luís Pastor de Macedo, propôs que houvesse um entendimento entre a Faculdade de Letras e a Câmara, para que no ano lectivo que se aproximava pudesse já funcionar essa Cadeira de Estudos Olisiponenses.

Chegaram as duas entidades a acôrdo sôbre a forma prática de dar execução ao projecto, assentando-se sôbre a duração do curso (de 1 de Novembro a 31 de Maio), nomeação do respectivo professor ou lente, e honorários dêste, que seriam satisfeitos pela Câmara.

Em 18 de Fevereiro de 1935 foi publicado no «Diário do Govêrno» o decreto que criava o Curso livre anual de Estudos Olisiponenses na Faculdade de Letras. O encarregado do curso, se não fôsse já professor da Faculdade, seria contratado, e em qualquer dos casos, escolhido pelo Conselho Escolar, ouvida a Câmara Municipal.

Nada mais se fêz por então, apesar da boa vontade das entidades que haviam tratado do caso. O professor Dr. Silva Correia faleceu, mas tanto o seu sucessor, como as pessoas que na Câmara de Lisboa têm

presidido aos assuntos municipais, continuaram a não largar de vista o caso, esperançados em que algum dia a Cadeira de Estudos Olisiponenses viria a ser uma realidade.

O Conselho Escolar da Faculdade, solicitado para indicar o nome da pessoa idónea para reger o curso, entendeu escolher o nome do professor catedrático Dr. Orlando da Cunha Ribeiro, que actualmente rege a Cadeira de Ciências Geográficas, indicação com a qual a Câmara Municipal, ouvida em conformidade com o que dispõe o diploma que criou a Cadeira, deu, por unanimidade, a sua concordância, devendo assim a Cadeira de Estudos Olisiponenses começar a funcionar no mês de Novembro do próximo ano lectivo.

A pessoa escolhida, conquanto alheia ao restrito círculo dos olisipógrafos existentes, é contudo um estudioso, dotado de inteligência viva e espírito perspicaz, o que nos permite alimentar a esperança de que dará bem a conhecer aos seus discípulos o que é a nossa cidade, as suas belezas e a sua história, a qual constitue um capítulo de primacial importância na História de Portugal, e também que o curso que vai reger corresponderá à intenção que o inspirou.



Convidados, logo depois de emitida a idéia, pelo nosso amigo e já mestre de estudos olisiponenses Sr. Pastor de Macedo, para tomar conta da cadeira que se ia criar, hesitámos durante algum tempo, e por motivos de carácter muito pessoal, decidimos declinar o convite que tão amável e confiadamente nos era endereçado. No entretanto gizámos então, a pedido daquele nosso amigo, o esquema do programa a que, no nosso critério, considerávamos que os estudos olisiponenses deviam ser subordinados.

O que era, o que houve e o que há em Lisboa?

O que tem acontecido em Lisboa?

Eram estas interrogações os pontos de partida que julgávamos de primeira importância para o desenvolvimento dos assuntos indispensáveis para o perfeito conhecimento desta cidade, sob os pontos de vista das questões materiais da sua estrutura e evolução, e dos factos

que na cidade sucederam, muitos dos quais tiveram a sua repercussão em todo o país.

Um único dêstes objectos parece-nos insufficiente, e só o entressachado das notícias e dados com um e outro relacionados é que permite formar um conhecimento completo da cidade, sob todos os seus aspectos e modalidades.

Foi pois subordinada a esta orientação que elaborámos o esquema do programa aqui junto, agora revisto e actualizado, a pedido do nosso mencionado confrade e amigo, em vista de estar novamente em foco a questão da Cadeira de Estudos Olisiponenses.

Não temos nós a pretensão de o julgarmos completo nem perfeito, mas apenas o consideramos como índice de capítulos a desenvolver, aos quais se deverão adicionar de futuro os assuntos não lembrados nem mencionados, mas que se achar terem com relação mais ou menos íntima com o objecto em vista.

De cada um dos assuntos deverá mencionar-se a respectiva bibliografia, ou a citação dos autores em que se fundamentar a exposição, base imprescindível em tôdas as questões tratadas com probidade.

Lisboa, Agôsto de 1945.

A. VIEIRA DA SILVA

ESQUEMA DO PROGRAMA DE UM CURSO DE ESTUDOS OLISIPONENSES

LISBOA

Situação geográfica.
Planta, área, altitudes, orografia, vales.
Geologia; flora e fauna predominantes em Lisboa.
Rio Tejo em frente de Lisboa.
Esteiro do Tejo no vale da Baixa.
Lisboa pré-histórica.
Evolução da cidade desde o século XII; vilas novas.

Límites sucessivos de Lisboa; diplomas que os fixaram.

Térmo de Lisboa; suas variações de extensão até à extinção.

População de Lisboa; cálculos e estatísticas.

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Mitos e lendas sobre a fundação da cidade. Conjecturas sobre a origem do seu nome.

Autores gregos, latinos e muçulmanos que aludiram ou se ocuparam de Lisboa.

Povos povoadores da região de Lisboa.

Vestígios em Lisboa do domínio romano; edificios e lápides.

Idem do domínio saraceno; topónimos.

Escritores que desde o século XVI têm descrito ou tratado de Lisboa; resumo das suas descrições e citações.

Divisões administrativas de Lisboa; sua história e legislação.

Bairros fiscaes.

Divisões eclesiásticas da cidade; reformas de 1775 e 1785; alterações modernas.

Brasão de armas da cidade; bandeira e selo.

Arquivos officiaes e particulares.

Registos paroquiais; sua importância para a história.

Guias e roteiros de Lisboa.

ACONTECIMENTOS E FACTOS MEMORÁVEIS PASSADOS EM LISBOA

Factos históricos.

Conquista de Lisboa aos mouros.

Reinado de D. Fernando.

Libertação de Lisboa por D. João I.

Factos dos reinados da 2.^a dinastia.

Obras e fundações de instituições no reinado de D. Manuel.

Cerimónias da Inquisição.

Visita dos Felipes de Espanha a Portugal.

Restauração de Portugal.

Factos dos reinados da 4.^a dinastia succedidos em Lisboa.

Tremoto de 1755.

Atentado contra D. José.

Invasões dos franceses; Junct em Lisboa.

Sucessos e revoltas nos reinados de

D. João VI, D. Pedro IV e D. Maria II.

Conflito anglo-pontuguês em 1890.

Revolta dos marinheiros em 1906.

Implantação da República.

Revoluções em Lisboa no século XX.

Festas régias e outras no Terreiro do Paço.

Touradas, antes de 1755, no Terreiro do Paço, Rossio e Junqueira.

Festividades por nascimentos, aclamações, casamentos e visitas régias; ornamentações das ruas.

Cerimónias religiosas e procissões várias que se realizavam em Lisboa.

Cerimónias fúnebres de pessoas notáveis.

Comemorações centenárias.

Exposições que se realizaram em Lisboa.

Congressos effectuados em Lisboa.

Festividades populares para fins de beneficência, por acontecimentos políticos, pelo regresso de exploradores de África, banquetes de homenagem, concertos musicais, carnaval, batalhas de flores, etc.

Iluminações e fogos de artificio.

Incêndios notáveis.

ICONOGRAFIA DA CIDADE

Iluminuras, quadros a óleo e aguarela, azulejos, gravuras, litografias, fotogravuras.

Vistas antigas de Lisboa.

Vistas que serviram de tipo para as reproduções ou edições de successivos autores.

Proveniência das estampas por países.

Vistas do terremoto de 1755.
 Trechos panorâmicos.
 Vistas para cosmonomas.
 Coleções de fotografias do século XIX.

Albuns de propaganda ou reclamo.

Vistas em bilhetes postais, em selos postais e de reclamo, em marcas industriais e comerciais, em «ex-libris», em leques, em caixas de fósforos, e noutras pequenas recordações.

Pintores, aguarelhistas e artistas gráficos, nacionais e estrangeiros, que pintaram, gravaram, litografaram ou trataram de representações iconográficas de Lisboa.

ÁGUAS

Abastecimento de águas em Lisboa.
 Sua história. Vários projectos.

Aqueduto das Águas Livres.

Chafarizes, bicas e fontes.

Águas do Alviela. Canalizações, edifícios e instalações.

Reservatórios; sua capacidade e inter-ligações.

Contratos e regime do abastecimento.

CORREIOS, TELÉGRAFOS, TELEFONOS, ESTAÇÕES EMISSORAS E RECEPTORAS DE RADIOFONIA

Serviços em Lisboa.

Edifícios. Sua história.

Regime dos serviços

GÁS E ELECTRICIDADE

Iluminação pública em Lisboa; sua história.

História das instalações das Companhias de Gás e Electricidade.

Fábricas; sua descrição.

Gasómetros; sua capacidade.

Fábricas e instalações projectadas.

Contratos e regime de abastecimento.

PÔRTO DE LISBOA

Tercenas navais; ribeira de Lisboa.
 Arsenal da Marinha.

História dos melhoramentos do pôrto de Lisboa; diferentes projectos e suas alterações.

Obras realizadas. Cais, armazéns, oficinas, escritórios.

Gruas, dragas e outros aparelhos da exploração.

Estatísticas dos serviços de exploração.

Aeropôrto.

CAMINHOS DE FERRO

Sua história, em Portugal, e especialmente no respeitante a Lisboa.

Concessões e inaugurações.

Linhas férreas com a estação principal em Lisboa.

Estações dentro da área do município de Lisboa e edifícios anexos; sua história e descrição.

Edifícios centrais da administração.
 Túnel do Rossio.

Pontes, viadutos e túneis das linhas férreas dentro da área de Lisboa.

Caminho de ferro Lammanjat.

FORTIFICAÇÕES

Antigas defesas de Lisboa; cercas defensivas, tórreres avançadas e fortes marginaes desaparecidos.

Castelo de S. Jorge.

Tórrere de Belém.

Obras de fortificações existentes den-

tro da área da cidade; sua história e descrição.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Sua história e descrição.
 Edifícios dos Ministérios.
 Bólsa.
 Alfândega; laboratório e museu, armazéns alfandegários; regime.
 Armazéns das Armas.
 Arsenal do Exército.
 Arsenal da Marinha; oficinas.
 Palácio do Congresso; sítios onde funcionaram as Câmaras.
 Antigos Paços Reais; factos principais nêles sucedidos.
 Paço da Alcáçova.
 Paço da Ribeira.
 Palácio de Alcântara.
 Palácios da Bemposta e de Santos.
 Palácio da Presidência do Conselho.
 Palácio Foz.
 Palácio dos Condes de Almada.
 Palácio da Inquisição.
 Paços dos Estãos.
 Outros palácios notáveis.
 Estabelecimentos de Instrução, Escolas Superiores e Institutos, Faculdades, Universidade dos Estudos, Colégio dos Nobres, Laboratórios de Estudos e de Ensaios, Escola Normal.
 Casas da Moeda.
 Hospitais, Institutos e Casas de tratamento clínico; civis, militares e de especialidades.
 Hospital Real de Todos os Santos.
 Hospitais desaparecidos.
 Museus actualmente existentes. Salas e objectos mais importantes que nêles se guardam.
 Museus desaparecidos.
 Observatórios meteorológicos.

Observatórios astronómicos.
 Bibliotheca Nacional e outras.
 Imprensa Nacional
 Prisões e Casas de Correção.
 Quartéis de tropas. Guarnição militar da cidade. Guarda fiscal.
 Manutenção Militar.
 Fábricas de pólvora e de artigos para o exército.
 Terreiros do Trigo.
 Misericórdia.
 Conservatório Nacional.
 Quartéis e esquadras dos agentes da segurança pública; regime da polícia e guarda republicana.
 Tribunais civis e militares.
 Câmara Municipal; antigas sedes do Senado Municipal.
 Organização dos serviços municipais. Suas sedes. Bibliotecas móveis. Arquivos.
 Matadouro.
 Oficinas municipais.
 Viveiros municipais.
 Quartéis de bombeiros municipais. Sede e estações; organização dos serviços.

EDIFÍCIOS PARTICULARES

Sua história e descrição.
 Palácios de particulares; factos notáveis nêles passados.
 Palácios de Embaixadas e de Legações.
 Palácio da Cruz Vermelha. Postos e serviços desta instituição.
 Hospitais particulares e Casas de Saúde e de tratamentos clínicos.
 Maternidades, Sanatórios, Policlínicas, Dispensários, Lactários, etc.
 Hospitais veterinários.

Asilos da Infância, dos Pobres, dos Velhos e outros.

Albergues Nocturnos.

Creches.

Edifícios de Associações e de Sociedades.

Sociedade de Geografia; suas antigas sedes.

Colégios e escolas.

Casas notáveis pelas suas fachadas.

Casas premiadas.

Casas onde nasceram, moraram ou morreram pessoas célebres.

Casas onde estão colocadas lápidas comemorativas.

Casabres do Loreto.

Institutos particulares profissionais, ou para outros fins.

Museus de entidades particulares.

Estações emisoras de radiofonia de particulares.

Quartéis de bombeiros voluntários; organização dos serviços.

Principais estabelecimentos industriais de Lisboa.

Fábricas de moagem e panificação, de cerveja, de cerâmica, etc.

Principais estabelecimentos comerciais de Lisboa.

Oficinas de artistas.

Garagens mais importantes e oficinas de reparação.

Edifícios bancários.

Hotéis mais importantes; sua história e descrição.

TEATROS E OUTRAS CASAS DE ESPECTÁCULOS

Teatros e casas de espectáculos existentes; sua história e descrição.

Teatros e outras casas de espectáculos desaparecidas.

Recintos de divertimentos.

Centros e clubes particulares.

Praças de touros.

Hipódromos de Belém e do Campo Grande.

Cinemas; sua história.

IGREJAS PAROQUIAIS, ERMIDAS E CAPELAS

Sua história e descrição.

Igrejas, ermidas e capelas existentes e desaparecidas. Factos notáveis com elas relacionados.

Pessoas que nelas estiveram ou estão sepultadas ou tumuladas.

Oragos e denominações populares das igrejas.

CONVENTOS, MOSTEIROS E SUAS IGREJAS

Sua história e descrição.

Edifícios de conventos, mosteiros, existentes e desaparecidos; fundações; factos notáveis com elles relacionados; seu desaparecimento, transformação ou sua actual aplicação.

Cêrcas dos edificios conventuais, suas áreas e percentagem destas na área total da cidade.

Panteões; túmulos de pessoas notáveis existentes nos conventos.

VIAS PÚBLICAS, ARCOS, PONTES E VIADUTOS

Plantas de Lisboa desde a de Tinoco (1650) até à actualidade.

Diplomas que as mandaram elaborar.

Toponímia das vias públicas de Lisboa, antigas e modernas. Sua história.

Traçado das ruas na antiga Lisboa.

Rua Nova e outras ruas anteriores ao terremoto de 1755.

Traçado e arquitectura pombalina.

Alterro da Boa Vista; sua história.

Avenida da Liberdade; sua história.

Rossio e Terreiro do Paço; sua história.

Trabalhos de urbanização fora da antiga circunvalação.

Avenidas Novas.

Auto-estrada.

Ruas antigas e modernas notáveis pelos edifícios que nelas existiram ou existem.

Praças de Lisboa com monumentos ou jardins.

Arcos e viadutos de vias públicas.

Ponte de Alcântara.

Serviços de viação e automobilismo.

Ascensores mecânicos e elevadores públicos, existentes e desaparecidos.

Veículos e outros meios de transporte usados em Lisboa, antigos e modernos.

Viação eléctrica; sua história; instalações; linhas em exploração; sua extensão.

Auto-carros.

Aeródromos.

Praças de automóveis e de camionetas.

Tipos excêntricos das ruas de Lisboa.

Cenas típicas das ruas.

Polícia de viação.

JARDINS E PASSEIOS PÚBLICOS

Jardins públicos de Lisboa; sua denominação; suas áreas.

Passeio Público; sua crónica.

Parque Eduardo VII.

Campos Grande e Pequeno.

Jardins e Quintas reais.

Jardim da Escola Politécnica e Jardim Colonial.

Tapada da Ajuda. Jardim Botânico.

Miradouros.

JARDINS E QUINTAS MAIS INTERESSANTES DE PARTICULARES

Jardins e quintas de particulares; sua história e descrição.

Jardim Zoológico; sua história.

CEMITÉRIOS E JAZIGOS

Cemitérios municipais de Lisboa; sua área.

Jazigos mais notáveis que nelas existem.

Forno crematório.

Cemitérios inglês, alemão e outros; suas áreas; jazigos mais notáveis.

Viaturas funerárias.

MERCADOS E FEIRAS

Mercados existentes e desaparecidos; sua história.

Mercados de flores, de perus, etc.

Feira da Ladra; onde tem estado instalada.

Feiras temporárias e outras que se faziam em Lisboa.

MONUMENTOS ESCULTÓRICOS E ESTÁTUAS

Monumentos que restam de antigos tempos: Romanos; do Jardim Botânico da Ajuda.

Monumento de D. Afonso Henriques; de Martim Moniz, etc.

Monumentos erigidos em Lisboa de

de D. João I; sua história e descrição.

Projectos não executados; de D. Maria I; de Fontes Pereira de Melo, etc.

PADRÕES E INSCRIÇÕES COMEMORATIVAS

Da ponta de Martim Moniz.

Do Arco do Cego.

Da Cêrca de D. Fernando.

Da Porta de Heliche.

De Arroios.

Da Conjuração de 1640 (falsamente assim chamados).

Do Chão Salgado.

Etc.

BELAS ARTES

Exposições da Sociedade Nacional de Belas Artes e outras realizadas em Lisboa.

Ensino das Belas Artes.

Monumentos escultóricos, quadros, objectos cinzelados ou lavrados do património nacional e outros existentes nos museus de Lisboa.

Quadros notáveis sobre assuntos de Lisboa.

Imagens mais interessantes existentes nas igrejas.

Medalhas comemorativas de factos acontecidos em Lisboa.

Objectos de cerâmica com vistas de Lisboa; produtos das fábricas de cerâmica de Lisboa; azulejos com tipos de Lisboa.

Fontes da Aldeia

Chatarizes da Cidade

*Conferência proferida na sede do
Grupo em 19 de Abril de 1945*

pelo Prof. ARMANDO DE LUCENA

Neste ano da graça de 1945 em que as secas tanto se fizeram sentir, talvez saiba bem recordar o aprazível conforto das fontes com seu ritmo cantante e a frescura incomparável da água que a tôda a hora nos oferecem. Sem ela, o mundo não seria o que é, e nós próprios não existiríamos. Ligada à sua função utilitária, anda sempre a beleza e a poesia dos seus movimentos e cantares. Umas vezes, brandos e meigos como segredos do coração; outras, violentos, clamorosos como o fragor das tempestades, mas sempre pura, dócil, pronta a servir a vontade do homem e a submeter-se ao capricho e às formas dos lugares por onde passa.

Embora um dos mais vastos e dos mais fortes elementos da Natureza, a água é também um dos mais submissos. Como o ar, ela não tem feitiço próprio; aconchega-se aos mínimos recantos da terra, acompanha-lhe o movimento dos vales, cobre-lhes todos os recessos sombrios, como se uma das suas principais missões no mundo fôsse o culto da humildade.

Contudo, foi o curso dos ribeiros que indicou aos homens o lugar para a fundação das suas aldeias, como os rios determinavam a existência das grandes cidades. Foram eles, como Eugène Brune muito bem observara, as primeiras ruas do burgo, as primeiras estradas — caminhos que andam, como alguém já disse.

Antes que a água pura e cristalina chegasse à bica da primeira fonte, para saciar a nossa boca sedenta, andava ela perdida, nas profundezas da terra, de rocha em rocha, vogando devagar por aqui, por além, a tatear no escuro do subsolo o melhor caminho para a liberdade, para a almejada conquista da luz.

Assim que o primeiro povoado se estabelecia em qualquer lugar da terra, era o problema da água aquilo que mais preocupava os seus habitantes. Conhecedores como eram da impossibilidade de viverem sem ela, tudo faziam para que

o precioso elemento não faltasse à sua beira. A proximidade dum rio, dum ribeiro, ou mesmo dum simples regato bastava ao plano da nova povoação na certeza de que assim somente seria possível o viver. Só depois de nessas condições o imaginarem é que o sacerdote das tradições antigas sulcava no solo, em duas direcções cruzadas, com seu arado de bronze, o vinco das ruas principais da futura cidade: «*via cardo, e via decúmena*».

Assim se procedia pelo menos nos tempos romanos, época em que já o caudal cristalino das águas de longe corria sobre as magníficas obras de engenharia, como foram, na Provença, a famosa «*Ponte do Gard*»; em Mérida, o «*Aqueducto dos Milagres*» e tantas mais que pela península fora se foram construindo.

Mas, nesta altura, a fonte, a fonte monumental, a fonte poética, vibrante de cantares e luminosa pelas cintilações de luz que reflecte, não existia ainda. A água adormecia, por assim dizer, estagnada nos depósitos de imersão donde era retirada, com vagar e paciência, nas famosas hídrias que os romanos copiaram da tradição ateniense.

O culto da água era, por então, bastante reduzido. Um dia, porém, ou porque o engenho dos homens fôsse maior que até ali, ou porque a própria água sugerisse aos artistas do tempo, a necessidade doutras formas para a sua distribuição à superfície da terra, principiaram a erguer-se, nos recantos das aldeias, nas encruzilhadas das ruas, nas praças das grandes cidades, as primeiras obras que melhor e pela maneira mais bela, servissem não só os interesses materiais da população, como os seus próprios e justificados anseios de ordem estética.

Pela função e pela arte, as fontes tornaram-se, depois, verdadeiros símbolos de beleza, casando-se admiravelmente com os caprichos da paisagem em que passam a viver na mais íntima e perfeita harmonia da Natureza.

Há fontes modestas, recolhidas, em que apenas um fiozinho de água corre mansamente para a terra donde partiu depois de haver morto a sede ao viandante que passa. Outras são nobres, cantantes, orgulhosas pelo seu ar de monumento. Ricas e poderosas pela abundância do manancial divino, estas não gotejam como a clépsidra que dantes marcava os momentos da eternidade; pelo contrário: o jacto vaporoso, transparente e límpido dirige-se para o Céu em colunas líquidas que o Sol irisa e, depois, quasi transforma em verdadeira chuva de cristal.

Nas aldeias, a fonte é o melhor lugar de reunião; mais do que na botica, mais do que ao solheiro das ruas, à fonte acórrer principalmente os namorados. Cenário de ternura amorosa; sonhos e ansiedades afectivas, dramas e desilusões, tudo por ali passa ao crepúsculo da tardinha em horas longas ou momentos rápidos que às vezes apenas duram o tempo que o cântaro, sob a bica, leva a encher.

Há bilhas grandes e bilhas pequenas para as moçoilas da aldeia transportarem a água da fonte. As maiores são as que mais rendem para aquelas

que mais têm que ouvir da bôca dos conversados. Como deve ser bom então, esperar ali, longo tempo, pela vez...

Em Figueiró dos Vinhos, numa terra em que vivi quando era pequeno, havia duas ou três fontes, que me lembrem: uma, na cêrca do convento dos Carmelitas, melancólica e sumida sob uma ramada de madre-silva, onde raros, do fundo da vila, se iam abastecer; outra, no lado oposto da terra, chamada a «Fonte das Freiras» — quatro ou cinco bicas, jorrando dum amplo espaldar caiado — a mais fresca e saborosa água que tenho bebido, e mais uma, ainda — a «Fonte dos Guimarães» — de tôdas a mais modesta, e a menos abundante, pois um só jacto de água oferecia às necessidades da terra.

Mas, coisa curiosa: era esta exactamente a mais concorrida, aquela em que, nos tempos calmos e descuidados dos princípios do século actual, já se formavam *bichas* como nos dias incertos que agora passam.

Para os inocentes da terra, talvez fôsem as virtudes particulares daquelle nascente a justificação da tão assinalada preferência; mas, para os argutos, para os maliciosos ou simplesmente para os bons observadores, o caso era, talvez, outro: Sem perigo nem responsabilidade para as raparigas, a demora delias explicava-se perfeitamente; e, enquanto esperavam o momento de encher o cântaro, o coração desferrava-se na conversa com o derraço, hábil e matreiro, já se vê, no aproveitar daquelas deliciosas oportunidades. Julgo ver hoje, melhor, estando a distância, do que então via, ali pertinho, naquêlle paraíso das tradições amorosas de Figueiró.

Isto de demoras é muito relativo; as donas de casa têm sempre de que se queixar, pelo menos é o que ouço nos meus arraiais: de manhã, à tarde, à noite; outro tanto deve succeder na casa de Vossas Excelências, se não tiverem algum privilégio que as ponha a coberto dêstes e doutros percalços semelhantes.

Nas suas «Memórias», o conde de Mafra conta-nos que certa noite, depois de o ter adormecido, a sua ama — a boa e meiga Maria da Conceição — pedira a sua mãe licença para ir ver umas luminárias que se faziam em Belém para festejar a visita da rainha de Espanha D. Isabel III, e só voltou (imaginem Vossas Excelências quando) só voltou passados 57 anos!...

Para a gente portuguesa, em qualquer lugar que a observemos, a fonte é, além do mais, uma das melhores paradas do amor; muitas vezes, lugar recôndito de amarguras, de sonho e de quimeras.

Nem a nossa História lhe foi estranha quando nos levou à beira da mais formosa e lírica de tôdas as fontes do mundo: a *Fonte das Lágrimas*, de Coimbra, sob aquêlle majestoso cedro que ainda hoje guarda os segredos de Inês e do príncipe D. Pedro, que ao Poeta serviram para contar os mais dramáticos episódios do seu poema.

Nos povoados humildes, nesses lugarejos primitivos da serra, a fonte não tem forma apropriada, nem bica, nem goteira. Um rêgo de água singelo e vagaroso se arrasta na areia para, depois, se empoçar mais adiante numa

cavidade do terreno em que o côcho de cortiça mergulha e donde sai carregadinho da fresquíssima água da rocha.

A fonte, assim, é quasi um milagre, e lembra a pedra de Horeb que, só por Moisés lhe tocar, se desfez em água, na presença dos velhos de Israel, para que o seu povo pudesse mitigar a sede bíblica do velho Testamento.

Quando, pela primeira vez, entramos em terra desconhecida, duas coisas, principalmente, estranhámos: o som dos sinos e o sabor da água.

As badaladas da torre são, para o nosso ouvido, impressões sempre novas, de timbre estranho, imprevisto e particular. «Ao despertarmos, depois duma noite dormida em terra alheia, é o som dos sinos que, pela manhã, nos revela a surpresa do lugar. «Quem há que não tenha experimentado tão conhecida sensação?

«Aos sinos pertence a enternecedora tarefa de levar longe a vibração religiosa do povo que lhe obedece, pondo-se a rezar quando, no termo do povoado, à boquinha da noite, lhe escuta o toque das *Avè-Mariás*. Não sei se é possível encontrar nos domínios da Natureza expressão que mais abale e enteneça a nossa alma do que a das místicas badaladas do *Ángélus* no entardecer pacífico e amoroso das aldeias. Aquêlê som lento e grave, esfumado pela distância, que atravessa e repercute a magia de tão sagrada beleza, bem poderia chamar-se a voz de Deus, ecoando sôbre o silêncio da Terra.

O gosto da água é também *sui géneris* e com êle andam unidas a forma e a lenda das suas fontes. Algumas, como a da Amieira, na Beira Baixa, têm o irresistível condão de atrair grande parte da gente do povo que à tardinha ali vai tagarelar; ali me encontrei, em tempos, com lavradores abastados, médicos, advogados, gente de todos os naipes da terra, e até, para levar a franqueza à indiscreção, junto da famosa fonte, muitas vezes, cavaqueei com um antigo presidente do ministério. As coisas muito mudaram de então para cá, sem que a serena e límpida água da serra jamais deixasse de correr daquelas bicas, fresca e abundante, como um tesouro inesgotável da Natureza.

Outras, com menos espectáculo e mais poesia, por lá vivem no êrmo ou nos arrabaldes de qualquer aldeia à espera dos sedentos ou dos amorosos que à fonte confiam os segredos da sua alma. Em Santo Estêvão das Galés, nas cercanias de Mafra, ainda existe uma fonte destinada às confidências dos namorados e que êles aproveitam de maneira singular; o pretendente ao amor de certa cachopa não tem coragem de abrir-se francamente, de fazer, em suma, a tradicional «declaração». Neste caso, a lápis, em traço bem forte, legível, escreve ali o nome da rapariga dos seus sonhos para que ela, no dia seguinte, o possa ver e se deite a adivinhar quem o escreveu, porque assim conhecerá o seu admirador.

Quasi nunca constitue mistério o nome do pretendente. Às vezes já é esperada, e Deus sabe com que impaciência, aquela revelação, obscura na aparência, mas clara, no fundo.

Se a sugestão tem o assentimento da alvejada e a rapariga não vai fora do assunto, não tem mais que, ao lado do seu nome, escrever, por sua vez, o nome do suposto galanteador. Se acerta, o resto é com êles e só com êles.

Como é natural, as legendas repetem-se sôbre a parede da fonte como as súplicas junto ao *muro das lamentações* em Jerusalém.

Esta prática tão graciosa do foro affectivo das nossas aldeias repete-se noutros lugares do mesmo concelho. No fundo, não é senão uma versão escrita da parada amorosa do *Muro do Derrête*, ainda em vigor pela feira das Mercês. Aqui, os rapazes falam, pavoneam-se como pimpões diante das preferidas; além, escrevem, gravam a ternura a riscos de lápis, talvez com aquela sentenciosa idéia de que as «palavras, as leva o vento». Foi, talvez, por esta razão que Tibério preferiu gravar no arco triunfal de Orange, a prova dos seus triunfos e conquistas a confiar essa glória ao capricho e às incertezas da tradição verbal, que só por milagre chegaria à posteridade.

Uns momentos de intervalo para darmos tempo a entrar na cidade.



Não têm sido numerosas nem artísticas, infelizmente, na sua maioria, as fontes portuguesas; contudo, alguns exemplares mostraram, em Lisboa, certo cunho estético que as nobilita e que merecem a atenção devida.

Para traz, deixámos ainda alguns belos exemplares fontenários dignos de menção e que não passaram despercebidos aos olhos dos nossos pintores, nem indiferentes às suas paletas. A «Fonte do Convento», erecta num claustro de Vila do Conde, é quasi um monumento no género, com suas bicas radiais e taça para bebedeiro. Alves de Sá deu-lhe categoria, pintando-a com a frescura das suas aguarelas, como também já fizera diante da «Fonte das Quatro Estações», da quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras.

Como esta se destinava a recreio visual da gente palaciana do tempo, a sua função utilitária e humana foi sacrificada ao gosto decorativo das suas formas e linhas, vivendo ali como peça de regalo, sob o luxo joanino dos baixos-relêvos.

Roque Gameiro — o inolvidável mestre da aguarela em Portugal — não se esqueceu de registar a «Fonte Saloia», com bica e tanque de lavar. Singela na forma como também sucede à do Senhor Roubado; tanto uma como outra conquistaram foros de cidade, mercê do artista que delas se enamorou, tornando-as ainda mais formosas pela magia dos seus pincéis.

Escultores e pintores sempre tiveram pelas fontes o culto devido à sua função social ou simplesmente à sua beleza estética.

No Louvre deixou Ingres a sua admirável «Fonte», como também, no século XVI, Jean-Goujon já fizera, esculpindo os famosos baixos-relêvos da Fonte das Ninfas, que mais tarde recolheram à guarda daquele museu da França.

As fontes, nas cidades portuguesas de qualquer época, não assumiram importância de maior, nem as públicas, nem as particulares. Num, ou noutro palácio, principalmente, nos dos séculos XVII e XVIII, a fonte tem o seu lugar, e os cuidados estéticos da sua construção não foram, com efeito, esquecidos. Vimo-las nos jardins do Marquês de Fronteira; e ainda há pouco no convento de S. Domingos de Benfica, existia a celebrada «Fonte do Sátiro», que Frei Luís de Sousa tão belamente descreveu na «História de S. Domingos»: «A fonte se faz em um arco, diz êle, que formado de brutescos vários e vistosos, arremeda uma gruta natural. Dentro, parece assentado um grande e bem proporcionado sátiro, imitando com propriedade os que finge a poesia. Em tôda a sua figura mostra uma simplicidade montanheza, com que está convidando a beber de uma concha natural que tem apertada com o braço e mão esquerda, da qual sai um formoso tórno de água e, juntamente com a direita, acode como arrependido a cobri-la, e faz jeito de a querer retirar, dando com uma e negando com outra.»

Não sendo uma obra-prima de estatúaria, o sátiro — símbolo muito pagão desta fonte conventual — é uma peça graciosa pelo pitoresco da forma e pela malícia da intenção. O pobre embaixador do Olimpo em terras de Benfica, lá foi um dia, de abalada, sob uma ordem camarária, creio eu, transferido para lugar de melhor recato, visto que ali se encontrava mutilado e encanecido pelo musgo dos séculos, num abandono que, realmente, não merecia.

Estas peças, entre utilitárias e decorativas, não atingiram entre nós a responsabilidade estética que alcançaram os seus pares do Renascimento italiano ou da antiguidade romana, como se poderia ter visto na casa de Cornélius Rufus, em que a fonte era um verdadeiro monumento. Algumas ocupavam o próprio interior das habitações, e tinham a especial função de espalhar a frescura pelas salas que ficavam à sua beira.

A existente na Casa de Fauno, em Pompeia, ocupava exactamente o centro do *implúvium* e era um regalo de belezas, plásticamente uma obra de escultura digna dos melhores museus da época.

Mas deixemos Pompeia sob a poeira trágica da sua História e continuemos a espreitar, de alto, os monumentos fontenários da cidade.

Para não irmos mais longe e começarmos pela nossa porta, evoquemos o antigo *Chafariz do Loreto*, que outrora existiu nestas imediações e para o qual o nosso Machado de Castro modelou um «Neptuno», actualmente, segundo parecer do falecido Dr. Xavier da Costa, desterrado para um depósito da Companhia das Águas, lá em cima, aos Barbadinhos.

Para o lado ocidental da cidade são vários os chafarizes espalhados para conforto da população; nem sempre obras-primas quanto à forma, mas quasi sempre gratos à nossa vista. O das «Janelas Verdes», fronteiro ao museu de Arte Antiga, tem foros de arte por ter sido delineado pelo architecto Reinaldo Manuel, discípulo, como se sabe, de Ludovice, da escola de Mafra, e enriquecido por uma razoável estátua de «Vénus», que, para êle, expressamente, fizera

António Machado, autor também das imagens dos Apóstolos na igreja de S. Paulo e de umas estátuas simbólicas de rios que o Intendente Pina Manique lhe encomendara para uma fonte monumental a erigir no Campo de Sant'Ana, o que, aliás, nunca chegou a realizar-se.

E água continua correndo pelas entranhas da cidade, brotando aqui, jorrando além, das bicas singelas de ferro ou das carrancas de mámore, de bôca escancarada para que o indispensável fluido entre na vida dos lisboetas.

Encostado ao casario, opulento na sua arquitectura joanina, fresco e abundante, pródigo e convidativo, a tôda a hora encontramos o *Chafariz da Esperança*, sempre cercado de gente castiça que, com êle, forma um quadro encantador, um espectáculo dos mais expressivos da Lisboa popular.

Olhando para outros lados, não faltam exemplares graciosos pela lenda ou pela poesia; pela fé na virtude das suas águas e até nos agitados acontecimentos políticos doutras eras. Assim succedeu ao famoso *Chafariz do Rato*, reduto de combates e de lutas atrozes, enquanto um melancólico fio de água corria indiferente à tirania dos homens.

Dos mais sumptuosos da cidade pode, talvez, considerar-se o *Chafariz de Dentro*. À sua ornamentação pertenceram os famosos cavalos de bronze a que Damião de Góis se refere na sua crónica sôbre Lisboa.

Não falando nos da criação joanina, entre os quais se contam algumas espécies de valor artístico, merecem referência muitos mais chafarizes espalhados pelas sete colinas do burgo. Não esqueçamos o das *Necessidades*, elegante pelo seu obelisco e animado por suas quatro carrancas de bronze.

O antigo «Passeio Público» deixou-nos, neste sentido, algumas reminiscências do seu passado e que, por memória ou conveniência decorativa, ainda conservamos na Avenida da Liberdade: o *Douro* e o *Tejo*, estátuas jorranes que na sua placidez nos lembram os *tritões* e *rios* simbólicos da «Fonte monumental» da praça Navona, de Roma — obra de Bernini que certamente muito deve ter influído na de António Machado e de Alexandre Gomes, estatuários bastante notáveis do século XVIII.

Bernini e os artistas do seu tempo, construindo e desenvolvendo a rêde fontenária da cidade eterna, fizeram dela uma segunda Roma dos Césares, pela beleza estonteante das suas fontes — obras célebres da estatuária barroca, que chegaram a ser modêlo em todos os lugares da Europa.

A Lisboa, no moderno rumo da sua urbanização, não vão faltar também, com a necessária profusão, êsses órgãos vitais da população citadina; e sabemos também que o indispensável sôpro de arte os tornar dignos da sua função estética, para nos convencermos de que «nem só de água vive o homem».

Um vestígio dos cruzados ingleses de 1147 na toponímia de Lisboa?

pele Eng. A. VIEIRA DA SILVA

A conquista de Lisboa aos mouros em 1147 por D. Afonso Henriques, aliado com tropas de origem anglo-normanda, flandrense e colônense, é conhecida nos seus mínimos pormenores pelas narrações ou crónicas que dela nos deixaram dois cruzados que tomaram parte nas operações do cerco e conquista.

Essas narrações estão hoje bastante divulgadas, e em português pode ver-se a sua versão completa em *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, pelo Dr. José Augusto de Oliveira (1.^a ed., 1935; 2.^a ed., 1936).

Não vamos tratar aqui de descrever as diferentes operações que levaram à conquista da cidade; mas recordaremos apenas alguns personagens que nela tomaram parte, e vários episódios da mesma, que desenvolvidamente constam das mencionadas crónicas.

Convém lembrar que a Lisboa mourisca era defendida, nessa época, por uma muralha contínua, chamada primeiro *muro da cidade*, e depois *cêrca velha ou moura*, de que um trôço passava pelo actual Largo de Santo António da Sé, onde existia uma porta da cidade, já então designada por *Porta Férrea*, ou *de Ferro*; daí descia através do quarteirão de casas que formam o lado oriental da antiga, assim como da actual Rua da Padaria, que não tem exactamente a mesma direcção que a primeira; e ao chegar ao sítio do nosso Arco Escuro voltava em ângulo recto para nascente, seguindo ao longo da margem do Tejo, Rua dos Bacalhoiros actual, paralelamente e pouco distante, para o norte, das fachadas dos prédios desta rua.

Próximo do vértice dêste ângulo da cêrca nascia das muralhas, em direcção ao sul, uma quadrela, em cujo extremo se levantava uma

tôrre de grandes dimensões em planta, que mais tarde veio a ser designada *Tôrre da Escrevaninha*. Era destinada a bater de flanco, para o norte, a mencionada quadrela, e para nascente a bater o pé da muralha da cêrca que seguia ao longo da praia. A sua disposição era idêntica à da tôrre que se vê ainda no Largo de S. Rafael em Alfama, que está ligada com o recinto moirisco de Lissibona por um laço de muralha que forma o fundo da Rua da Judiaria.

Como pormenores descritivos desta tôrre apenas se sabe que as águas do rio chegavam ao pé dos seus muros, pelo menos nas preiamares; que era ôca ou habitável, e que a face da tôrre voltada para a cidade era aberta, isto é, não tinha parapeito ou ameias. Presumimos que o seu local ficava ao sul do leito da actual Rua dos Bacalhoeiros, pelo sítio da loja n.ºs 127 e 129 desta rua.

Decorridos cêrca de três séculos, depois de haver passado para o domínio cristão, foi a tôrre demolida, a fim de se facilitarem as comunicações ao longo do atêrro e das ruas que seguidamente se formaram ao longo dêle, para o lado do Tejo, e de se estabelecer a ligação da parte oriental com a ocidental da cidade pela beira-rio.

Perto da quadrela que conduzia a esta tôrre avançada havia, no troço da muralha da cêrca que corria paralelamente ao Tejo, exactamente no sítio onde se abre o actual Arco Escuro, uma porta militar, também chamada *Porta Férrea*, naturalmente por ser chapeada de ferro ou com cintas dêste metal.

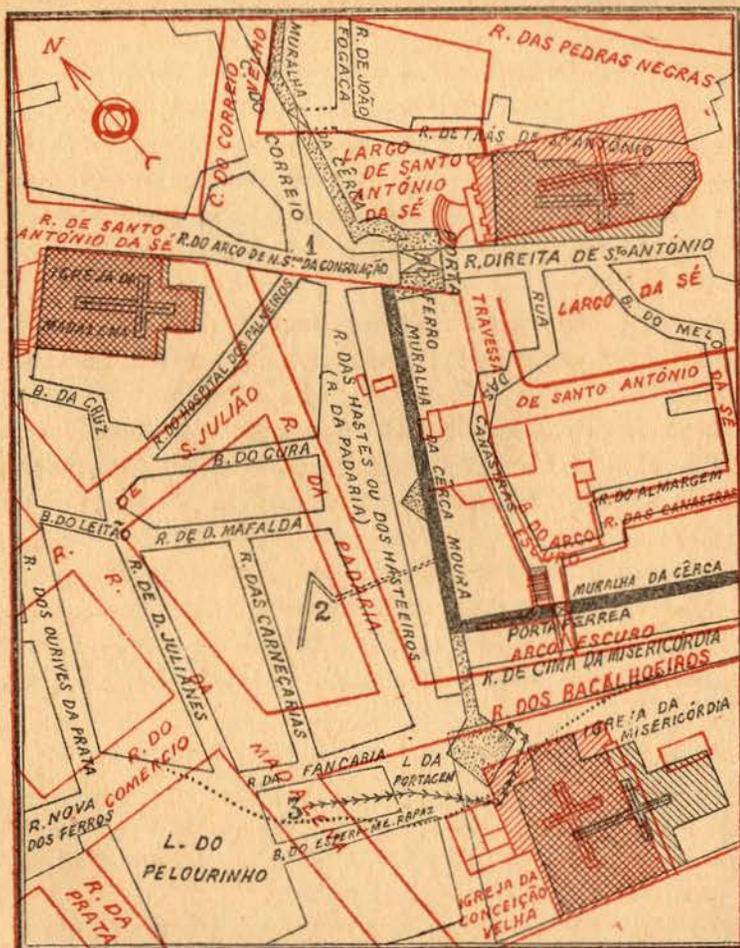


As fôrças dos cruzados de origem anglo-normanda eram comandadas por um chefe chamado Herveo de Glanvill, e delas faziam parte, além de outras, gentes de Northampton, condado do mesmo nome, de Ipswich, condado de Suffolk, e de Hastings, condado de Sussex.

Essas fôrças estabeleceram-se, à sua chegada, no vale ao ocidente de Lissibona, na região, ou em parte da região ocupada pela Baixa de Lisboa, que já então era terra firme, conquanto porventura pantanosa.

Parece que a estas tropas, juntas com algumas do exército do

TRECHO TOPOGRÁFICO DE LISBOA COMPREENDIDO
ENTRE S.^{to} ANTÓNIO DA SÉ E A IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA
ESCALA 1 : 1.500



CONVENÇÕES

A planta a vermelho é da actualidade; a negro representa como era o local por ocasião do terremoto de 1755.

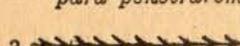
 traçado certo da cerca moura e troços ainda existentes.

 traçado conjectural da mesma muralha e tórres já desapparecidas.

 linha conjectural da beira-rio na época da conquista de Lisboa em 1147.

1 — Local onde os cruzados ingleses montaram os seus engenhos de guerra.

2 — Sítio conjectural das trincheiras e da mina abertas pelos cruzados ingleses para penetrarem na cidade.

3  trajecto conjectural da torre de assalto dos ingleses, segundo a narração do cruzado Osberno, interpretada pelo autor em LISBOA ANTIGA, por Júlio de Castilho, 2.^a parte, 2.^a ed., vol. 2.^o, 1935, pág. 177, nota.

rei português, como implicitamente se contém nas crónicas, foi destinado o ataque a êste trôço ocidental da cêrca, que acabamos de descrever, e foram elas que efectuaram os feitos mais brilhantes do assédio que a história nos transmitiu, desde a tomada do arrabalde ocidental da cidade, que ficava no sítio do Largo do Caldas e suas vizinhanças, até às operações finais que conduziram à rendição da cidade.

Entre os cruzados vinham architectos (*artífices*) da arte da guerra, e aos anglo-normandos se deveu a abertura duma mina subterrânea em frente do lanço da muralha entre a Porta de Ferro, no actual Largo de Santo António da Sé, e a tôrre do ângulo sudoeste da cêrca. Esta mina não deu resultado prático, porque estando bastante a descoberto à vista dos sitiados, serviu aos aliados antes de empecilho do que de vantagem.

No mesmo sítio montaram os architectos vários engenhos de guerra: arietes; duas fundas baleares, uma na margem do rio, manobrada pelos marinheiros, e outra em frente da Porta Férrea, pelos cavaleiros e seus ajudantes; uma *gata* (ou *gato valisoo*), mantas de guerra, etc.

Além destas máquinas, os inglêses construíram uma tôrre móvel de assalto, com 95 pés de altura (cêrca de 31^m), que infelizmente de coisa alguma lhes serviu, porque, tendo-se enterrado e ficado imobilizada na areia, foi queimada pelos sitiados, perdendo-se muito trabalho, e provocando o desânimo dos aliados.

Êstes reanimaram-se e construíram uma segunda tôrre com 83 pés de altura (cêrca de 27^m), tão bem protegida com vimes e coiros de boi, que, tendo-a levado para junto da tôrre da cêrca, ela resistiu às pedradas, às setas e às matérias incendiárias arremessadas pelos mouros, pelo que a sua ponte levadiça pôde ser baixada sôbre a parte posterior aberta ou descoberta do eirado da tôrre da cêrca, determinando assim a rendição da cidade.

Combinaram-se tréguas, e Herveo de Glanvill e um delegado do rei receberam os reféns mouros. A cidade estava tomada.

Vê-se assim resumidamente a acção preeminente que tiveram os cruzados anglo-normandos nesta região de Lisboa, entre a Porta de Ferro e a Tôrre da Escrevaninha. Dessas tropas faziam parte guer-

reiros da cidade inglêsa Hastings, como dissemos, e talvez como recompensa, foi nomeado bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings, com assentimento de D. Afonso Henriques, do arcebispo, bispos, clérigos e de todos os leigos que haviam tomado parte no cêrco da cidade.

Não é portanto de admirar que os combatentes da cidade de Hastings tenham deixado como recordação o nome desta no local onde se travaram as maiores lutas, e se deu o golpe decisivo na resistência moirisca.



Ora junto a êste lanço da muralha, no decorrer do tempo, foram-se construindo casas, que deram origem à rua que nos séculos XIII e XIV se chamou *das Hastes* ou *dos Hasteeiros*, e mais tarde, *da Padaria*; a mudança da denominação deu-se entre os anos 1369 e 1440.

Se bem que *haste* significa o pau dos chuços, lanças, bandeiras, etc., e *hasteeiros* (palavra que não se encontra nos dicionários antigos) os artífices que os fabricavam, não nos recordamos de haver encontrado menção alguma dêstes fabricantes naquela rua.

A supressão do nome primitivo sem deixar vestígios, ou antes, a sua alteração desacompanhada da menção da transferência dos referidos artífices, assim como do próprio nome, contrariamente ao que era habitual em casos idênticos, para outra via pública da cidade, faz-nos também suspeitar que tais artífices não estavam ali arruados, isto é, que o nome *das Hastes* não era devido à existência dêstes fabricantes na dita rua.

O ofício de *hasteeiro*, que não devia passar de uma modesta modalidade compreendida no de carpinteiro, não existia, como tal, nos meados do século XVI (C. R. de Oliveira, João Brandão), ou, se existia, não tinha regimento (*Livro dos Regimentos dos officiaes mecânicos*, de 1572).

¿Não significaria o primitivo nome da rua a corrupção para *Hastes*, da palavra inglêsa *Hastings*, de pronúncia arrevesada para o povo português?

Perdida a noção da origem do nome *Hastings*, do local e da rua,

corrompido pelo povo em *Hastes*, êste, mais habituado a nomear as ruas pela designação dos mesteres ou dos artífices, do que pela dos objectos fabricados, e admitindo que êstes eram *hastes*, passaria a criar para a rua também o nome *dos hasteiros*.

¿Não são numerosíssimos em Lisboa os exemplos de corrupção e de transformação dos nomes das ruas, logo que o povo esqueceu a origem da sua denominação?

¿Não é *Borratém* a corruptela popular das palavras árabes *Ber Atten(e)* (Poço da Figueira), pelas quais o local era conhecido?

¿A Rua de *D. Mafalda* não foi primeiro Rua *da Mafalda*, ou de *Maria Mafalda*?

¿O Beco da *Barbaleda*, ou *Bárbara Leda*, não se transformou em *Barbadela*?

¿A Rua do *Boi Formoso* não é hoje do *Bemformoso*?

¿A Rua do *Almazém* não se transformou em Rua do *Almargem*?

¿A Rua do *Almazém* não se transformou em Rua do *Almargem*?

E muitas mais poderíamos citar, cujo étimo é manifestamente uma corruptela popular da denominação primitiva.

Se é possível, portanto, que a denominação *Rua das Hastes* provenha de nela haverem estado, durante algum tempo depois da conquista cristã, arruados os fabricantes das varas para chuchos, etc., não deixa todavia de ter muita verosimilhança provir ela da corrupção do nome da cidade inglêsa *Hastings*, cujos guerreiros se teriam batido com tanto valor e com tão merecido elogio dos seus camaradas inglêses e portugueses, — pois que consta que êstes combateram, juntos com aquêles, no mesmo local, — que deixassem o nome da sua terra ligado ao sítio onde praticaram os feitos que tanto os notabilizaram.

¿Quem poderá decidir esta questão?

Agosto de 1945.



OSÉ ARTUR BÁRCIA
(Falecido em 1 do corrente)

José Artur Bácia, sócio fundador do nosso grupo, consagrou tóda a sua vida a par dos affectos familiares, ao culto de uma ternura de amizade pela sua Lisboa natal e pelo seu mais egrégio cantar. Com Júlio de Castilho aprendeu a amar esta cidade que, talvez por ser feminina no nome e nos ademanes de graça e de côr, na linha gentil das cêrceas dos seus prospectos panorâmicos e no encanto da sua luz de prodigio, tem sabido mover tantas afeições; e êsses dois amores, enternecidamente ligados, dão-lhe o mais firme pedestal para a nossa admiração e para a nossa saúde. A sua objectiva e o seu pincel de umador, pertenceram a Lisboa que, por estas suas obras, o saberá recordar, depois que os seus amigos vivos o não possam lembrar.



Suas Excelências o Senhor Presidente da República e Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional na inauguração da exposição de quadros de Alberto Hébil no salão do grupo em 22 de Agosto último.

O Pôrto de Lisboa Através dos Séculos

*Conferência feita na sede do Grupo dos "Amigos de Lisboa"
em 23 de Novembro de 1944*

por JOSÉ DIAS SANCHES

A situação do nosso País, na extrema ocidental do continente europeu, debruçado sobre os mares, levou a desenrolarem-se numa actividade marítima várias raças que em longa promiscuidade viveram neste areal sobranceiro ao Oceano, mas que, metamorfoseadas pela civilização, chegaram até aos antepassados, nautas impetuosos e guerreiros destemidos, que ao «Mundo mostraram novos mundos».

A natureza dotou de invulgares privilégios esta barca de pescadores. Por isso ela é também Pátria de lóbos do mar, que sobre o traiçoeiro arcaboço das ondas ganham o pão nosso de cada dia.

O planalto hidrográfico da costa de Portugal, mais estreito do que qualquer outro, proporcionaria à gente do mar recompensa grata ao seu esforço, a darem-se condições económicas mais favoráveis, que nada têm a haver com a ubérrima riqueza daquele manancial inesgotável. Assim surgiu de remotas eras a índole marítima nos primitivos povos da Lusitânia, que em tribos vindas do norte de África e do oriente Europeu, aqui se refugiaram sob a protecção de um clima temperado.

Nessas épocas já o nosso Rio Tejo serviria de pôrto aos que com certa sofreguidão desbravaram esta terra, quasi que inculta, em busca da pedra que a natureza lhes ofertava para a utilizarem na sua vida rude, como indispensável auxílio para a caça, ou como cortante objecto precioso de utilidade doméstica.

Daqui destas águas lisboetas, surgiram para os lados do Oceano as primitivas jangadas com pescadores e assim se deu o primeiro passo sobre a estrada azul dos mares, que mais tarde nos levaria, após várias tormentas, e com uma boa esperança a dobrar o cabo das grandes descobertas, o grande portal marítimo do Oriente!

Como poderemos hoje visionar êsses históricos cenários delidos pelos séculos, esbatidos no horizonte, sem cor nem vida?

Já que Lisboa é vigia marítima com seus mirantes altos, capazes de nos conduzir a vista através de um longo horizonte, vejamos se desta mesma vigia,

colocados num desses mirantes, vemos também aquêles horizontes, já sem côr, e sem vida através da espessa neblina que nos impede detalhar com minúcia e certeza como seriam êsses cenários, cujo pano de fundo era aquêle que hoje ainda contemplamos: o Tejo sereno, correndo pelo seio das suas margens acidentadas, de recorte idêntico ao de hoje. Do cimo de uma das sete colinas farei mirante para dêle vos narrar o que irai vendo, aquilo que minha retina irá fixando muito a custo, porque não se trata de um visionário, nem tão pouco de um mestre, que saiba pintar com tintas de côres reais o quadro ou quadros que vos vou expor.



A tarde cai devagar. O ar espêsso de verão sufoca-nos como hálito doentio, o hálito duma terra febril. O poente de côr rubra, ainda nos escalda mais o olhar o espírito. É a forja escaldante de Vulcano onde se derretem as ilusões e os sonhos do dia, da vida! Os montes elevam-se do nível das águas, aqui e acolá, uns escondidos dos outros, de côres várias, onde a selva mal pode ver-dejar, onde animais selvagens nem encontram pasto.

A crosta da terra é esponjosa, agreste, como agreste seria tôda aquela natureza. Parece que um enorme vulcão cavou na terra os leitos dos rios, deixando nos montes a lava abandonada e que o tempo, o sol a enrijou, fossilizou. Agitam-se no ar várias asas brancas; são nuvens que correm mansamente, devagar.

Sôbre as águas do Tejo vêm à feição da corrente algumas jangadas. São tribos selvagens que se dirigem, seguindo a trajectória aparente do Sol, de nascente para poente. De súbito surge nos altos dos montes um ou outro rôlo de fumo como penachos azulados que ao levantarem-se em espiral, no espaço, dão sinal de vida aos que buscam novas vidas.

Aquêles rolos transparentes fazem retemperar o ânimo das pessoas que vêm nas jangadas. É uma esperança que revive naquela gente, o fumo é o àlerta dos que estão acampados. Assim, as jangadas dirigem-se com mais velocidade para aquêle local. Eles e elas remam de pé, com uma toada rítmica. As faces escaveiradas, embrenhadas em cabelos desgrenhados lançados ao vento, com um colorido bronzeado pelo sol e pelo ar, mostram-nos bem que cada expressão traduz um sentimento, uma dor, a luta eterna da vida, remando sempre, quer em terra, quer no mar, galgando os montes ou as ondas como barranco que êste mundo coloca à frente do homem! Assim, êsses povos, o homem de hoje, em estado primitivo, ao viverem na selva, neste berço, sem carinhos de um olhar, de uma simples palavra terna, sentiam já qual o seu destino, a responsabilidade do lugar que lhes coube na Terra.

Ao passarem fronteiros à vertente duma ribeira que atravessa o Mous Sacer ou o Monte Sagrado, mudam de rumo, dirigindo-se por êsse novo cami-

nho em direcção ao norte. Lá vão essas jangadas repletas de gentes, que agora são atacadas por outras tantas, que do alto do Mons Sacer lhes arremessam pedras. Estes defendem a terra por elles desvendada. Assim se apossam também da caça, da pesca, com aquêle direito que a natureza deu ao homem. O Mons Sacer está a ser atacado e defendido, enquanto aquêles invasores se juntam outros tantos, desempatando a luta feroz que se debate naqueles areais como orla doirada destes terrenos vizinhos do mar.

E o Monte já está invadido por novas gentes.

A noite cai devagar enquanto que aquêles bandos tentam apossar-se dos que no chão jazem mortos; e então surge a grande festa para êstes novos habitantes do Mons Sacer — Próximo das cavernas que as águas abriram, acoitam-se as mulheres, enquanto os homens preparam o manjar dessa noite. As fogueiras acendem-se para que qualquer animal da selva fuja aterrorizado. O corpo do morto é passado pelas chamas e depois trinchado. Assim, em redor desse monte de carne que fumeja, em várias posições, se reúnem devorando como famintas aves de rapina essas gentes que a presa tomaram de surpresa. A escuridão envolvia o cenário, meus olhos já não divisam nada; é já noite escura.



O célebre Mons Sacer, mais tarde chamado Monsantus, é hoje o Monsanto. A Ribeira do Mons Sacer foi, decorrido tempo, denominada a ribeira de Alcântara. Eram férteis as margens desta ribeira em explorações de pedra, de forma que êsses nómadas ali viveram pela orla dessas águas que vinham dos lados de Belas pela Amadora até Campolide e Alcântara, desaguando no Tejo.

A situação coreográfica desta ribeira de curso longo originou desde as mais remotas datas, como a do período paleolítico, uma navegação comercial por tribos várias que povoaram aquêles sítios.

Foi assim que o Tejo contemplou as primeiras manifestações da humanidade.

As invasões de novas raças surgiam então de oriente para ocidente, e êste canto não deixou de receber os fenícios, que por longo tempo aqui se estabeleceram. Então já se viam balouçar sobre a ondulação do Tejo os primitivos barcos, formados por troncos de árvores gigantescas, para o tempo de hoje. E o Tejo, de braços abertos, acolhia com carinho essas navegações primeiras, como pôrto admirável, abrigo indispensável nas vizinhanças de um Oceano.

A civilização, como fruto primário da evolução do mundo, vegetava retardadamente neste cais da Europa, mas não deixou de se apagar, enquanto essa fogueira se ateava noutros pontos do Mundo.

O Império romano, que estendeu sobre a terra o elmo e a espada dominadora, chegou com seu manto de pretor até aqui, até êste pôrto de cal, chamando-o Olisipo. Talvez que a foz do importante rio concorresse para essa

denominação, para esse papel que no mundo passaria a desempenhar como centro de comércio junto à estrada fluvial. Devido às condições deste pôrto de mar, Olisipo começou a ser alindada pela mão do homem, e nas miragens serenas do Tejo começavam a espelhar os templos, os edifícios romanos. E ainda talvez que o planalto da Felicitas Julia, onde mais tarde se ergueram as muralhas do castelo, fôsse o primeiro morro onde a civilização romana assentou arraiais, pois era o mais abrigado dos ventos, do açoite dos temporais vindos dos lados da barra do rio.

Ao tempo, o Tejo infiltrava-se pela terra, alagando os pontos baixos do terreno acidentado. Como se sabe, a actual parte baixa da Cidade, compreendida pelas ruas Augusta, do Ouro, etc., até S. Domingos ou mesmo até ao sítio onde está o Arco do Marquês de Alegrete, estaria ao tempo inundada, permitindo navegar-se entre o Monte do Castelo e o do Carmo.

Os romanos, nas suas «córbitas», barcaça de mercadores de vela desfraldada ao vento, consideravam tão importante este pôrto, que no concheço da terra lhe levantaram uma

«memória consagrada aos deuses do Mar.

«Os marinheiros e barqueiros do Oceano.

«Ofereceram este dom ao templo de Telhis,

«Para que lhes livre suas embarcações de tempestades.

«Dedicaram-lho por voto que tinham feito.»

A meio do rio, na ligação das margens, via-se a «Cymba», com remadores que dedicavam a sua vida à faina marítima, à pesca de peixe de água doce.

Por vezes a barca negra de piratas temerários surgia no rio, como perigosa ave de rapina, de asas negras abertas pairando sobre a presa, dominando com sofreguidão os que não se precaviam para longe, para os lados isolados da barra do Tejo.

As minas de ouro descobertas pelos romanos na margem de além, hoje «Outra-Banda», fizeram com que se desenrolasse uma azáfama industrial e comercial neste pôrto, cuja procura ia aumentando, criando fama em todo o Mundo desvendado.

O espírito do povo romano teria embelezado com uma expressão própria estas margens do Tejo, tornando-as graciosas pelo conjunto variado das suas edificações naquela vida que hoje está testemunhada em cidades desterradas e que nos encantam pela sua artística forma arquitectónica.

Os terrenos cretáceos não permitiriam uma vegetação exuberante, mas outros facultariam uma boa agricultura com vinhedos férteis e olivais abundantes, a orlarem estas margens do Tejo, de que os romanos aqui tanto proveito tiraram.

O «forum» traria a este pôrto de mar uma vida agitada, ou talvez que

as condições do pôrto é que trariam ao «forum» uma vida movimentada, dadas as suas privilegiadas condições.



No fim de longos séculos decorridos, sentiu-se o desmoronamento do império romano. Bárbaros infiltraram-se por todos os lados, tanto por terra como por mar, e o Tejo contemplava amedrontado a invasão dos Vândalos e Suevos, até que, passados anos, a Lusitânia se vê libertada dessas gentes que testemunharam uma trágica vida.

Faísca no horizonte a raça vinda do norte de África, aproximando-se deste palmo de terra por todos cobiçada.

As minas de ouro da Adiça eram olhadas pelas vizinhanças, e assim os novos invasores mouro-árabes, se assenhorearam duma parte da Península, principalmente destas margens do Tejo pela fama que possuíam. Assim se formou a província árabe de Portugal na margem esquerda do Tejo, caindo em poder dessa gente as minas de ouro exploradas pelos romanos, os monumentos já então levantados, a terra amanhada e pronta a florir, a primeira obra civilizadora feita pela mão do homem.

Aquêle sítio, onde os arraiais mouro-árabes se estabilizaram, tomou o nome de Almada, que significa «mina» ou antes «lugar onde se encontra com abundância qualquer produto da natureza útil ao homem». Assim como o Monte Santo foi sagrado para os povos da idade da pedra, o monte que orla a margem esquerda do Tejo, desde Almada até à Trafaria, foi sagrado para os povos da idade do ouro.

Os mouros ali armavam suas locandas, apossando-se da riqueza que a terra lhes oferecia até que em «1147 se fêz doação dessas mesmas terras aos cruzados ingleses» que prestaram auxílio na conquista de 1140 de Lisboa aos mouros.

Desde então é que Lisboa envergonhou o albornoz e assim tôdas as tardes, num recolhimento espiritual, ajoelhando e beijando as areias, se despedia do seu deus, o sol que declinara para os lados da barra do Tejo.

Mas essa Lisboa de olhares velados pelos véus que a encobriam, exprimia numa dor que lhe dilacerava o coração. Era o pressentimento que lhe dominava o espírito, era a visão que se lhe fixara no cérebro.

Mas essa visão tinha verdade em si e tanto que se realizou. A Lisboa de Alá ao despir aquelas vestes, envergonhou a cota e malha, o elmo, a viseira, a espada e sob uma nova crença, sob a luz não do sol, mas da cruz, como imortal facho que lhe avivasse sempre na memória que tu, ó homem! és «pó, terra, cinza e nada».

Lisboa deixou de ser a mesquita, para se tornar o templo cristão ou antes: o verdadeiro «narthex» do vasto monumento que era ao tempo já a Europa.

Segundo o velho rito da architectura romana, e segundo a situação desta cidade, podemos-la considerar como a principal entrada, o pórtico monumental do templo, virada a poente, virada à estrada por onde caminham os navegadores, por onde andam os pescadores.

Ao tempo a margem direita do Tejo era um tanto mais acidentada do que é presentemente. Não se havia conquistado tanto terreno ao rio como se conseguiu mais tarde.

Junto ao sopé do Monte Fragoso, — e o seu nome indica-nos que seria cheio de penhascos escabrosos, — deslisava uma vertente a que se deu o nome de Canal da Flandres.

O actual Largo do Município e o Terreiro do Paço cobrem o leito dessa enseada. Esta vertente caminhava por onde hoje está a Rua do Crucifixo, contornando a Pedreira, sítio êsse onde presentemente se encontra o edificio dos Armazéns do Chiado. Essas águas alagavam o Rossio, que ao tempo ainda teria menor cota de altitude do que a de hoje. Mais para o lado nascente os terrenos occupados pela praça da Figueira eram também alagadiços e aí se observava isso na preciosa iluminura da primeira fôlha da crónica de D. João I.

Pelos vistos a configuração geológica dos terrenos que occupam a Cidade hoje era diferente da actual, mais acidentada, mais íngreme, mais retalhada pelas águas que a subdividião, permitindo sòmente que os montes se avistassem a distância.

Vindo pela margem direita do Tejo, de nascente para poente, encontramos a ribeira de Alcântara, a célebre ribeira do «Mons Sacer», com a sua ponte, que deu o nome ao sítio. Parece, pelo que acabamos de observar, que teria sido esta ribeira a de maior valia nas primícias da Lusitânia, nesta margem do Tejo; assim, confirmando êste parecer, vemos no século passado a importância que deram a essa ribeira de longo curso, como estrada fluvial de ligação com as vizinhanças do norte da cidade. Numa memória publicada sôbre a importância do Vale de Alcântara diz-se o seguinte: «É sem dúvida o mais extenso de Lisboa, porque tendo origem nas alturas da Falagueira e Porcalhota, dirige-se ao Tejo, tendo uma extensão total de 10 quilómetros. A 6 quilómetros da origem é seu afluente o pequeno vale que vem do Rêgo». Mais adiante informa-nos: «A inclinação geral do Vale de Alcântara é a menor de todos os vales de Lisboa, o que não só lhe assegura um papel importantíssimo na viação ordinária da cidade com os seus arrabaldes, mas ainda, com mais forte razão, uma linha de movimento acelerado, que, sem dúvida, será uma das de maior importância que confluirá a Lisboa.

«Podendo servir fàcilmente e com uma subida suavíssima a todo o movimento das povoações que se servem pela estrada da Sete Rios e Benfica, tais como Carnide, à direita; Belas, Sabugo, Mafra, Tôrres, etc., ao centro, Queluz, Sintra, Colares, etc., à esquerda, é êle obrigado a fazer-se pelas duas únicas li-

nhas que conduzem a Sete Rios: uma a rua de S. José, S. Sebastião da Pedreira e Palhavã; outra as ruas de S. Bento, Rato, Amoreiras e Campoiide.

Mais adiante lemos a seguinte conclusão: «Se a importantíssima estrada do vale de Alcântara estivesse construída, como há muitos anos devia estar, por ela podiam desde logo ter corrido os carros americanos com tracção a cavalos, no principio, mas com tracção a vapor logo que pelo aperfeiçoamento das locomotivas se reconheceu a vantagem de as empregar e entre os diversos sistemas que se experimentaram em Lisboa appareceu um realmente notável. Assim se teriam estabelecido carreiras nas melhores condições de comodidade pública, conduzindo passageiros para Benfica, Porcalhota, Queluz, Belas, etc.»



Como observámos, o vale de Alcântara, com seu rio de longo curso, seria um dos mais importantes no Pôrto de Lisboa.

Caminhando na rota a que nos dispusemos, vamos encontrar para além do Juncal uma ponte sob a qual deslisava lentamente um ribeiro e que desaguava no Tejo. Essa ponte ligava o sítio de Belém com o de Alcântara ou antes Santo Amaro. O rio, com o andar do tempo, secou, dando o nome ao sítio de Rio sêco.

O nosso saúdoso investigador Artur Lamas informa-nos do seguinte:

«Este rio, que hoje está desde certo ponto transformado num simples cano abobadado, vem da Serra do Monsanto, atravessa a calçada da Boa-Hora, segue depois entre os muros das quintas do Almargem e de Diogo de Mendonça Côrte Real (modernamente denominada das Aguias ou da Condessa da Junqueira), atravessa, por baixo a rua da Junqueira e a Cordoaria, e vai, por fim, desaguar no Tejo.

Com esta descrição vemos que o rio da Junqueira ou antes do Juncal seria muito menor do que o de Alcântara, mas que não deixaria de conduzir para aquêles terrenos cretáceos e argilosos os primitivos povos da Lusitânia.

Caminhando para Belém, junto ao Convento dos Frades Jerónimos, topamos com outro pequeno ribeiro, que nasce também na Serra do Monte Santo, e vem hoje canalizado sob a rua dos Jerónimo desaguar próximo à doca de Belém.

Aí, junto ao Mosteiro, atravessava-se, seguindo por uma velha ponte de pedra, idêntica à de Alcântara, como provável construção mourisca.

Caminhando para junto do Convento de S. José de Ribamar fica-nos a ribeira de Algés, que nascia em Alfragides e ao desaguar no Tejo alagara os terrenos entre os montes de S. Jerónimo e de Algés de Cima.

Se seguirmos com a vista para os lados da barra do Tejo vemos ainda o rio Jamor, o rio das lavadeiras, o rio campesino, serpenteando as viçosas hortas e os verdejantes pomares. O seu curso longo banha várias povoações, alagando os terrenos de Belas, as relvas da quinta real de Queluz, com rumo

até Valeja, que o espreita lá dum alto, depois dirige-se à Senhora da Rocha, por entre pedras e represas, em direcção a Linda-a-Pastora, até se encontrar na Cruz Quebrada, próximo ao extinto forte de Santa Catarina, com as águas salgadas do Tejo.

Este rio, que hoje é menos abundante de água do que era dantes, serviu de estrada marítima, de ligação entre o pôrto de Lisboa e as vizinhanças de Sintra e Belas mourisca, de Mafra realenga.

Estas águas ligavam-se com as da ribeira de Sacavém, onde no século XVIII, na baixa de Frielas, se pescavam linguados, o pitéu preferido do Marquês de Pombal — linguados que as mulheres de Frielas as (Frieleiras), apregoavam nas ruas de Lisboa.

Por êste rio Jamor, quantas embarcações não teriam circulado ao tempo em que a navegação o permitia, ligando o Tejo com aquêles terrenos dotados de uma fertilidade preciosa! Quantas embarcações não se teriam dirigido pelo Jamor abaixo em direcção ao pôrto de Lisboa, carregando as pedras preciosas do Monte Suimo, fronteiro ao Arroio, junto à povoação de Venda Sêca. Assim se refere o Beneficiado Domingos Caldas Barbosa no seu opúsculo descriminativo da grandiosa Quinta dos Senhores de Belas, publicado no ano de 1799: «Também neste sítio ainda se respeita o precioso Monte, que no seu rico seio gerara e dera para esmaltar a Corôa de nossos Reis, muitas pedras preciosas. Eram das Minas de Suimo e que se asemilão ao rubi da grã coroadã romã».

Junto à barra do Tejo ainda vêm desaguar as Ribeiras de Barcarena e da Laje. Mas estas já se distanciam muito do pôrto de Lisboa, como órgãos importantes na vida, na vida desta faixa azul que parece ter dividido a grande cidade em duas partes, esta e a outra banda.

Voltando de novo a vista para a margem direita do Tejo, vemos no princípio do reinado de D. Afonso Henriques, êste areal povoado por gente que ao mar dedicara a sua vida. Assim, o próprio Rei dotara com «foros de cavaleiros» os calafates, os espadeleiros, os alcaides ou patrões do barco, os proeiros, etc.

A visão, que o mar incutira no espírito dêste povo, já vinha de há longas datas, era o mar que os seduzia, e seduzidos, o mar lhes trouxe mais tarde a recompensa. Passados anos os navios de el-Rei já abordavam nas vizinhanças do Paço. Êste Paço era um arsenal de materiais náuticos que havia na Paroquial de Santa Maria Madalena. No reinado de D. Afonso III na correspondência régia entre Portugal e Castela, já se citava o ataque aos sarracenos não só por terra como por mar. Assim, nas águas do Tejo teriam balouçado essas primitivas embarcações guerreiras, prontas a atacarem o inimigo. Vamos vendo a influência que teve êste enorme pôrto de mar na história desta Terra à beira das águas plantada.

Mais tarde, o rei D. Denis chama a Portugal um práctico mareante, para melhor conduzir êstes homens do mar que seus limitados préstimos já não bastavam, para a ciência que o mar exigia. O cargo de almirante já encimalhava

os róis desta gente marítima. Assim, na vaga do almirante Nuno Fernandes Cogominho se empossou um genovês ilustre, como o afirma a «Monarquia Lusitana». Fernão Lopes refere-se ao tráfego marítimo que se desenrolava nas praias da cidade de Lisboa.

O Rei D. Fernando decreta privilégios aos armadores e mareantes, e com estas concessões, o espírito navegador enraíza-se e apodera-se definitivamente dos portugueses. O Tejo junto à Cidade ou esta junta ao Oceano era o «light motive» da preocupação de um povo.

E ao tempo, neste areal que se perdia quasi que da vista do Castelo de S. Jorge, numa azáfama, avultavam no meio das construções das galés, ganhões e homens de armas, argentários e tunantes, como que futuros Gamas, futuros navegadores que à Pátria trouxeram novas Pátrias.

Este pôrto de mar ou antes porta do Oceano conduziria as vistas dos destemidos para o Oriente, que não só pelos Portugueses como pelos Venezianos e Genoveses era considerado como relíquia virgem por desvendar.

Mas o que se levantava em frente dêsses homens dotados de fé inabalável e de destemidez inaudita? Imensos obstáculos, que o povo acenando com a cabeça os julgava incapazes de vencer. O mistério dos mares não só despertava uma ponta de curiosidade, como fizera surgir o receio. Vacilante viveu durante longos anos esta gente que parece ter nascido sôbre o balouçar das águas do Tejo.

Mas o momento da partida estava chegado. Um raio de sol lançava a vista do Infante D. Henrique pelo mar fora, sem descanso, até onde quis chegar e só assim êle traçou a rota; curvam-se os homens e com os olhos pregados no mar êles partem como marinheiros briosos das praias lusitanas.

Ao tempo, já por êstes areais, desde a cidade até ao Restelo velho, se vivia sòmente para o mar. Os descobrimentos africanos assumiram a tôdas as bôcas, a expansão estava para êste povo como fruto da natureza bafejado pelo hálito do mar, por êsse hálito que retempera de ânimo os corações dos que partem, deixando em terra apenas os olhos presos na família, mas que de alma e coração, em fragmentos de cascas de nozes, sulcam as ondas sob uma ciência, quer de noite quer de dia, sob uma vocação própria de quem mora fronteiro ao mar.

Continuemos percorrendo a vista por êste areal de oiro fulvo, e já no século XV vemos no Restelo a figura de Vasco da Gama, o marinheiro do Oriente.

No Restelo velho, rastrelava-se o linho para as cordas, para os cabos das embarcações. Próximo ao Paço Real ouvia-se o barulho rítmico do martelar em pregos e rebites nos galeões que se construíam na Ribeira. Num vauvém pela praia fora se vêem ainda um sem-número de peregrinos, vagabundos de tôda a espécie, como que esquecidos pelos mouros, nesta terra acolhedora. Nos rios que desaguam no Tejo pesca-se o peixe de água doce; junto à barra do Tejo apanham-se mariscos, etc., aquilo que estas gentes apanhavam para seu negócio.

As velas das naus imponentes e das caravelas reais, eram cosidas sôbre as areias que se estendiam para os lados do Restelo, conduzindo-se para êste ancoradouro as embarcações que da Ribeira saíam prestes a receberem os últimos retoques, os últimos utensílios para a navegação. Então o pôrto de Lisboa, de fisionomia diferente da de hoje, possuía umas pequenas enseadas onde se abrigavam dos ventos as embarcações, facultando portanto aos navegadores condições excelentes para um grande pôrto de mar.

«Já porque no seu tamanho nenhum outro há que se lhe iguale em tôda a Europa quanto mais de Espanha», como o assegurou Manuel Severim de Faria.

Do Oriente regressou a primeira caravela trazendo o oiro de Kilôa como elevação máxima do nosso nível, não só acima dos mares, como acima da própria civilização.

Lisboa era uma metrópole do Mundo.

Para aqui, os principais e mais raros produtos do Oriente se canalizavam, dando ensejo a que o pôrto de Lisboa se tornasse um dos primeiros da Europa, do Mundo colonizador.

No curto espaço de cinqüenta anos, êste povo, ao tempo pouco mais de dois milhões de habitantes, içou o estandarte do mais vasto dos Impérios, convergindo para aqui o olhar de tôdas as nações estrangeiras, com tenções de um estreito comércio.



A 7 de Junho de 1502 o Venturoso Rei doou à Cidade a praia e salgado da Ribeira.

Um sem-número de casas desalinhas, como que desarrumadas propositalmente, se viam junto às praias que as águas beijavam. Assim, a Câmara tomava posse dêsse chão salgado, da Ribeira, com casas e tudo mais que nêle já existia. Vários marcos limitariam êsse terreno, considerado como de utilidade nacional. O soberano, olhando cuidadosamente para o local onde as naus se constroem, deu assim provas pelo carinho e amor que lhe mereciam essas paragens tão queridas não sômente por si como por todos aquêles que outrora mal perfilhavam a idéia das descobertas.

Entretanto a excelsa Rainha D. Leonor refugiava-se para os lados de Enxobregas, onde, a meio de um templo coroado por flores de liz, viu chegados seus últimos dias de vida. Para os lados do Restelo a pedra sôbre pedra recortava o padrão das descobertas marítimas olhando o sítio onde teve início essa façanha náutica.

Marinheiros e pescadores, numa boa amizade, por sentirem o mesmo sangue a girar-lhes na guelra, iam povoando a margem direita do Tejo, alindando moradias, o conchego das suas famílias, como se seus braços ficassem amparando-as, quando o mar os apartava. A Lisboa cingida por uma muralha, como

cinturão de guerreiro e monge, a velha Alfama mourisca, tornava-se bairro marítimo, povoado por pescadores.

No alto de Santo Amaro, uma capelinha de faces caiadas olhava já para a barra como facho luminoso a retemperar a fé não só dos que partiam como daqueles que regressavam cheio de saúde, que só se sente quando o mar nos envolve e nos esconde a terra, duma saúde, quando as estrêlas nos falam do que estão vendo, vendo aquilo que nós também queríamos ver!

A cidade ribeirinha crescia de dia para dia, reflectindo-se nas águas. As portas do mar davam acesso aos que aportavam com peixe ou fruta vinda da outra Banda.

Junto à muralha do mar fronteira ao chafariz de El-Rei fundeavam várias embarcações, trazendo às vendedeiras a mercadorias, que era então vendida ali próximo, sob a protecção de uns trinta e quatro alpendres, de luzidia telha verde. Ali, o peixe, a hortaliça e até a caça se vendiam com a cobrança do respectivo imposto régio. Quem não pagasse não tinha direito a negociar sob aquêles alpendres protectores da chuva e do sol.

Ainda mal surgira a idéia de construir um Paço Real junto à ribeira, já o plano de um cais de embarcações de bêstas, estava resolvido e dado como urgente obra a pôr em prática. Assim surgiu o Cais do Terreiro do Paço. Mas os Paços Reais do Castelo, sobranceiros ao bairro de pescadores, Alfama ruidosa e alegre, estavam longe do mar. O Rei D. Manuel I só junto ao mar conquistaria o seu triunfo e, por isso, êle levanta na praia o seu palácio, como que ancorado junto às águas do Tejo.

De então esta moradia passou a ser preferida a qualquer outra pelos Reis que sucederam ao Venturoso.

A Torre de S. Vicente já servia de vigilante próximo à barra do Rio, que ao tempo era ali. Então, se conquistaram ao Tejo alguns terrenos, para melhor se expandir aquela vida marítima junto às águas.



Numa límpida manhã, a 2 de Agosto de 1666, entrava a barra do Tejo uma imponente armada francesa, composta de dez naus, conduzindo a futura rainha de Portugal D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, duquesa de Nemours e Aumale. A esquadra ancorou fronteira ao Restelo velho. O Tejo e as suas margens deliciavam os olhares dos recém-chegados. As fortalezas e as embarcações portuguesas davam as salvas de saudações à nova soberana ao desejar-lhe as boas vindas.

Às 6 horas da tarde do cais do Paço Real safu um cortejo de vistosos bergantins doirados onde ia o Rei e o Príncipe D. Pedro, com a régia comitiva.

Feitas as apresentações, regressaram com a soberana para terra, desembarcando numa bela ponte architectada nas praças da Junqueira. Ali, os côches

aguardavam a comitiva real, que com os reis seguiu para o velho convento das Flamengas, onde receberam as bênçãos, passando a residir naquelas vizinhanças, no Palácio de D. Luís César de Meneses, que é a actual moradia da Senhora Condessa de Sabugosa. Junto ao mar, ensombrado pelo Monte e alto de Santo Amaro, aquêlê palácio testemunhava o Rei e a Rainha que durante, apenas, dezasseis meses, levaram uma vida embaladora, talvez pelo barulho do vaivém das ondas, sem a menor perturbação, até que o destino levantou tamanho temporal naquelas régias vidas que os factos ficaram gravados na história. As casas de campo, os solares reais, espalhavam-se pela margem do rio. Em Alcântara sobressaía do casario embiucado o Palácio Real com um jardim belamente tratado. Este areal, outrora berço duma vida de marinheiros, passava a ser o varandim predilecto da fidalguia, onde no verão passavam os curtos intervalos duma vida de guerreiros.

O Paço de Alcântara era a verdadeira pousada realenga suburbana, de proporções pequenas mas de aspecto agradável à vista.



Os anos sucedem-se, e o homem pretendia alindar o melhor possível estes sítios vizinhos da Cidade, a qual ao tempo para o poente terminava na ponte de Alcântara.

Quem lançasse a vista para mais longe, para os lados de Belém, veria já solares no meio de verdejantes arvoredos, a-par do majestoso convento dos Frades Jerónimos, das casas que o Infante D. Henrique destinava como pousada, para mareantes, de aspecto humilde mas de expressão acolhedora, para os que se abeiravam dela. Um sem-número de habitações, a-par dos moinhos de vento, que nos pontos altos, com velas brancas, entoavam a cantilena mouro-árabe, a canção daquela vida, que roda sem cessar, como triste fado de quem se resignou ao redopiar do mundo.

Em 1 de Novembro de 1755 a Lisboa velha, a Lisboa dos Reis Venturosos, aluiu, em grande parte. O povo, espavorido, refugiou-se nos arredores; esta margem do Tejo sentia de perto a vida que aumentava, acotovelando-se no espaço limitado pela orla do mar.

A cidade expande-se de oriente para occidente. A população fêz criar em S. Paulo um mercado. É o mercado da Ribeira Nova; e o Tejo quasi que banhava êsses terrenos. Próximo à Travessa de S. Paulo, um velho forte olhava a barra, como sentinela que de vigília garantia o sossêgo da Cidade. Seguia-se a praia da Boa-Vista, que tivera dantes o nome de praia da Ribeira da Junta do Comércio. Passando o morro ou alto de Santa Catarina, existia, ao tempo, um aglomerado de casaria velha, à borda de água, que o próprio tempo se encarregava de demolir, sem o camartelo do Bota-abaixo; já existia o histórico

cais de Belém. Dentro duma pasta régia jazia o projecto de um monumental cais, digno de uma cidade como esta, dadas as condições que possui.

Este cais seria o acesso ao pórtico poente da Europa. A grandiosidade dominava o espírito do soberano D. João V, levando-o a construir, com amplas proporções, aquilo que no seu cérebro se albergava. A saúde régia não permitiu que tão vasto plano se pusesse em prática, e que mais alto colocaria esta cidade. Porém os estudos sobre o alinhamento da margem direita do Tejo, surgiam uns após outros, como indício de uma necessidade urgente, própria do grande Pôrto de Lisboa. Carlos Mardel traça a linha que passaria a limitar o atêrro, o terreno conquistado ao Rio. Neste plano estão marcados vários cais marginaes e um grande arsenal. O cais começaria no Terreiro do Paço e terminaria em Belém. O arsenal era junto à Junqueira. Tôdas as condições previstas num plano de pôrto de abrigo, estavam ali projectadas por Mardel, com aquella sábia visão que nos deu ensejo de apreciar. A época pombalina, cheirando a bafio, teve seus funestos dias perante o tribunal. Bastante se reedificou e construiu que chegasse para apagar certos erros cometidos, próprios da humanidade.

Este projecto encheu-se de pó, sem que mais alguém olhasse para êle com enlêvo, com o olhar que êle merecia em qualquer época. Em meados do século XIX um modesto alvitre surgiu na «Revista Universal Lisbonense», falando sobre a ligação marginal entre o Largo do Conde Barão e Santo Amaro.

Entretanto era discutida a realização de um pôrto franco. E em 1 de Outubro de 1824 Monsenhor Horta, como consultor político da Nação, apresentou uma tese na qual êle mostrou «não ser conveniente a Portugal um pôrto franco». Este precioso manuscrito, até hoje inédito, descreve a história do nosso pôrto, dizendo:

«A situação de Portugal oferta a escala mais conveniente às Nações mercantes, para virem Depositar suas Mercancias em seus Portos, e melhor as Repartirem para ambos os Hemisférios. A escolha do Pôrto de Lisboa e o fornecimento da Cidade de Lisboa, autorizão a preferencia sobre os outros Portos de Portugal. Disse pouca, quando disse, que o Pôrto de Lisboa ganhava a preferencia aos de mais Portos de Portugal; não dizendo ainda tudo quando eu dissêsse que ele levava vantagem à maior parte dos Portos conhecidos; porque ele oferece por sua abertura uma extensão sufficiente para admitir a entrada e a saída dos Navios sem dificuldade; segue à sua entrada uma grande bacia, que dá logar a receber qualquer numero de navios, que queira entrar sem o temôr de se chocarem, arriscando suas Carregações, tem bom ancoradoiro hé defendido da violencia do mar, é abrigado dos ventos; e é alumiado por dois Farôes para prevenir a sua entrada e acautelar a sua demora.»

E como conclusão o autor apresenta o seguinte:

«Sendo pois a fidelidade baze de todos os estabelecimentos proveitosos, e sendo a fidelidade primeira baze o levantamento de um Porto Franco, mos-

trando a experiencia, que o Genio Portuguez contradiz constantemente essa felicidade, concluimos com a mesma experiencia, que o levantamento de um Porto Franco em Portugal hade 1.º Contradizer sempre a sua industria, hade, 2.º Encontrar sempre suas Pragmaticas, hade, 3.º Aumentar o numero das necessidades sociais; e com esse aumento, hão de crescer os Saldos que pagamos por excesso de nossas importações, sem podermos ter recurso aos nossos estabelecimentos para lhe faser encontro; porque a industria nascente nunca pode concorrer com Fabricados de Fabricas acabadas que pela repetição de seus consumos, tem procurado toda a Comodidade a seus preços.»

E mais adiante, Monsenhor Horta, termina dizendo:

«Muito folguei dever Doutrinas que se opõem á criação de um *Porto Franco* em um *Paiz*, onde o Comercio se acha esfexiado, Criação tanto mais a admirar onde os Direitos de exportação se achão estabelecidos por Ley.»

Assim, ficou rebatida a vontade do comércio de Lisboa, na realização de um *Pôrto Franco*.



A necessidade de se construir docas apropriadas para abrigo de embarcações, era então o problema que preocupava os técnicos, e se estudava sobre os estiradores dos architectos.

Foi Pedro José Pezerát, architecto e engenheiro municipal, quem apresentou um dos projectos de construção de docas, desde a Boa-Vista até Santos. Mas o vasto plano de arranjo da margem direita do Tejo apresentado pelo Conde de Claranges Lucotte substituiu o primeiro projecto.

Assim, em 15 de Maio de 1855 o referido Conde expõe a público o seu plano, que comprehendia a construção de um caminho de ferro junto à margem, até Sintra, ladeado por espaçosas avenidas, docas e cais marítimos.

De então que lançadas mãos à obra, seu início teve com o atêrro fronteiro à Lisboa que vai de S. Paulo até Santos, de Santos até à Junqueira. Em Pedrouços projectava-se, na praia, um edificio destinado a escola de natação.

Até que o Engenheiro Vitorino Damásio, inicia por conta da Câmara o atêrro na praia da Boa-Vista, atêrro êste guerreado por aquêles que no local tinham seus negócios.

O perfil fisionómico desta margem do Tejo perdia aquêlê recorte áspero e acidentado que possuía desde longa data. As pás e picaretas trabalhavam sem cessar no movimento de terras de um lado para o outro. Porém vários alvitreos surgidos de novo, alteraram o projecto grandioso de Lucotte.

Decorreram anos e as obras de atêrro afrouxavam enquanto que a Associação Commercial de Lisboa pensou expor ao govêrno a edificação de um grandioso edificio para os Correios no atêrro próximo à Ribeira Nova, actual Praça de D. Luís. Esta idéia apaga-se no tablado da vida cidadina, levando-se a cabo o levantamento, justo e merecido, de um voto de homenagem ao valente

Bernardo de Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira. No ano de 1866 voltou-se a falar em um novo projecto de docas a construir nesta faixa de terra. Com o súbdito francês Debrusse se celebrou um contrato como concessionário dos terrenos conquistados ao Tejo, para nêles estabelecer várias docas e um dique de querenar, além de uma linha férrea entre Lisboa e Sintra. Mas variados obstáculos impediam tais projectos de melhoramentos.

Em 1870, na presidência do Govêrno do Marechal Saldanha, o célebre engenheiro Jamond abraçou a obra tão debatida até então, sem que quaisquer resultados ainda tivesse obtido. Mas baldadas foram as suas intenções, sem que nada mais se tivesse feito no sentido do arranjo e embelezamento desta Lisboa ribeirinha. Os jornais barafustavam e vários opúsculos se insurgiam contra êsse estado mórbido a que se tinha votado tão importante melhoramento.

Em 1871, por iniciativa do Ministro da Marinha, o Conselheiro José de Melo Gouveia, formou-se uma nova comissão para estudar os melhoramentos do Pôrto de Lisboa. Considerando esta que a corrosão constante da montanha de Almada pelas águas se devia evitar, ao passo que a margem norte se assoreava lentamente, enlodando-se, propuseram que se construfsse uma muralha de Calcilhas até à Trafaria, com duas docas, roubando ao Tejo, no prolongamento dessa margem, 18 hectares de terreno. No lado do Norte um grande cais, não em linha recta, mas acompanhando a sinuosidade da praia, daria abrigo a grandes embarcações. Este cais é que teria então em linha recta a sua muralha junto ao rio, onde se abririam outras docas para navios estrangeiros.

Os alvitres, projectos e pareceres, surgiam uns após outros, sem que em definitivo se escolhesse aquêle que melhores condições possuía, até que se chegou ao vigésimo projecto, com muito pouco ou quási nada realizado desde que o Senado pretendeu dotar esta margem norte das obras necessárias para que o pôrto pudesse receber as maiores embarcações ou navios do Mundo.

A 16 de Março de 1883 o Govêrno nomeia nova Comissão encarregada de estudar um plano de melhoramento do nosso pôrto. Projectos não faltavam, o que faltava apenas era a fôrça dinâmica capaz de galgar não as correntes das águas, mas a corrente dos que, a quem êsses projectos affectavam um ou outro interêsse pessoal, simplesmente, primeiro que tudo, concorrendo assim para o estado de abandono que apresentou durante longo espaço de tempo esta margem do Tejo.

Todos êsses projectos, todos os alvitres que apenas aos tipógrafos deram único, trabalho, tôdas as idéias que surgiam de gabinete para gabinete não passavam simplesmente da teoria, mas que afinal um único objectivo possuíam: construir na margem norte do Tejo uma linha de cais, mais ou menos extensa, mais ou menos afastada da terra. Por último alguma obra se realizou; pelo menos completou-se o que se tivera começado, mas para o presente já bem pouco é. Pombal teve a visão da vida, decorridos alguns séculos; assim dotou a cidade de melhoramentos que ao tempo seriam demasiadamente grandiosos, mas que

para os vindouros seriam precisamente proporcionados. Mas a humanidade nem sempre é dotada destas invulgares qualidades que o Marquês possuía, surgindo somente de séculos a séculos como fruto raro da natureza, homens destes.

Estamos a transpor os primeiros degraus do século XX, e então a linha marginal do Tejo do lado norte era já como a vemos hoje, com poucas alterações.

Numa extensão de 9.900 metros de comprimento a área terrestre utilizável é de um total de 200 hectares, sendo 190 de área descoberta e 10 de área coberta.

E agora que o véu e a poeira dos séculos passaram como nuvem que encobria a luz dessas épocas longínquas, nossa vista olha desafogadamente para o Tejo, contemplando-o entre as suas margens.

Ainda de um dos mirantes, donde filmei a vida e história do Pôrto de Lisboa através dos tempos, estou contemplando o Tejo dos nossos dias, o Tejo de ontem, de hoje, de sempre.

Talvez que a nossa existência, como colonizadores, se deva somente às condições que o Tejo nos oferece. O que seríamos se esta esteira marítima nos não facultasse o precioso acesso ao Oceano e daí para todos os mares? O que seríamos sem este rio que preparou para os mares traiçoeiros os primeiros navegadores? A importância vital de Lisboa não só para os portugueses como para o estrangeiro, é de tal modo, que a Europa não teria outra entrada fluvial para o comércio africano e americano se este pôrto não fôsse com é.

Hoje uma azáfama febril agita-se nos cais. Os ruidosos guindastes, as monumentais câbreas que se movem com calma, os monta-cargas, etc., são como que gigantes habitantes desta parte da Cidade onde o trabalho nunca cessa, tanto no carregamento como no descarregamento dos navios, que junto à muralha encostam suas carcassas. Das intermináveis oficinas saem rolos de fumo. Passando a linha férrea depara-se-nos um mundo novo dentro desta cidade. Homens e mulheres, denegridos pelo carvão que em cestos transportam, movimentam aquêlê cenário um pouco estranho para quem se habituou somente a vaguear pelas ruas da baixa.

Para os lados do cais da Rocha do Conde de Óbidos levanta-se a Gare Marítima. Bela obra que aos vindouros limitará um período do nosso século. Brillante página da breve vida do saudável Ministro Duarte Pacheco. Assim o palpitar febril duma artéria faz viver um ser, assim naquela vasta artéria, junto ao Tejo, palpita também uma vida, própria de um pôrto de mar, — a vida de uma cidade.

Em conclusão: observámos que a dureza dotou este País de privilegiadas condições. Este privilégio está principalmente no pôrto de Lisboa. O homem dêle tirou o seu fruto. Aquêlê que o celebrou. Portanto, o que nos resta? Olharmos para este pôrto como merece, para que novos frutos dêle colhidos, façam continuar Portugal!

A igreja de Nossa Senhora de Jesus

por FERREIRA DE ANDRADE

(Continuação do número anterior)

A reconstrução do cruzeiro e da capela mor obedeceu à traça architectónica da primitiva fábrika.

Na parede do fundo, onde se rasga um arco de volta perfeita — sobrepujado pelas armas dos Manuéis as quais atestam o senhorio dos Atalaias e Tancos como padroeiros da Capela — e que dá entrada para a capela mor, estão quatro nichos com as estátuas dos Evangelistas.

Na capela do lado do Evangelho, hoje denominada do Coração de Jesus mas até final do século passado de Nossa Senhora ⁽¹¹⁸⁾, venera-se, além da imagem do Sagrado Coração de Jesus (moderna e de um anacronismo chocante dado todo o cunho setecentista do altar) a imagem de Nossa Senhora do Patrocínio, mandada executar, como dissemos, pelo Provincial Frei Francisco de Jesus Maria Sarmiento, lindíssima e a que se atribui grande valor artístico.

Do lado da Epistola está o altar de S. José — invocação já antiga. Ao alto a imagem do santo patrono, cópia de um desenho de Vieira Lusitano ⁽¹¹⁹⁾, e sobre a ara uma escultura moderna, mandada executar ⁽¹²⁰⁾ pelo actual Prior e que no seu simbolismo representa *Santa Terezinha lançando rosas sobre a Torre de Belém*; aos lados, dois bustos do Santo Expedito com uma relíquia (um osso) na cavidade do peito e que pertencem ao relicário da capela de Nossa Senhora dos Aflitos.

Ambos estes altares do Cruzeiro — riquíssimos de talha dourada — ostentam ao alto as armas de Portugal, cuja razão de existência desconhecemos em absoluto. Doze telas — passos da vida de S. Francisco — ornamentam as paredes; são pinturas atribuídas por Volkmar Machado ⁽¹²¹⁾ a Marcos da Cruz, hipótese que não nos repugna aceitar. No entanto, salientamos que, sendo assim, datam

⁽¹¹⁸⁾ Racinski, *Les Arts en Portugal*, pág. 293. Ignora-se qual o orago que tinha em 1834. Do inventário relativo a este ano consta o nome das quinze capelas do templo; de onze demos já, na descrição que temos seguido, a respectiva correlação com as actuais. Sòmente de duas impossível se torna confrontar o nome porque eram conhecidas no primeiro quartel do século passado com a designação que actualmente lhes é atribuída: a de St.º António rico que não sabemos qual o orago que hoje tem e a do Coração de Jesus que se ignora qual a invocação atribuída em 1834.

⁽¹¹⁹⁾ *Monumentos Sacros de Lisboa*, Gonzaga Pereira, pág. 195.

⁽¹²⁰⁾ Obra de José Ferreira Tedim. É propriedade do actual Prior.



Altar de Nossa Senhora da Conceição da Casa

(Foto Eduardo Portugal)

da segunda metade do século XVIII, época em que viveu o célebre pintor; e, a estarem já colocadas por ocasião do terramoto no mesmo local onde hoje as admiramos, salvaram-se milagrosamente, visto terem derruído nessa altura o altar mor e os do cruzeiro. Cremos haverem sofrido já depois da construção das capelas, larga beneficiação, pois a *patine* das suas molduras comparada com a da talha dos dois altares conduz-nos fàcilmente a essa conclusão.

Raczynski, que os viu, não nos fala do seu autor (122). Tem, no entanto — severo como era nas suas apreciações — palavras encomiásticas para a obra que admirou. Referindo-se de uma maneira geral a todos os quadros da igreja de Jesus declara: *em nenhuma das igrejas de Lisboa encontrei reunidas tantas pinturas boas*, e, depois, citando as telas do cruzeiro, expende dêste modo a sua opinião: *na capela de Nossa Senhora vê-se «um Papa e um Cardeal» visitando o túmulo de S. Francisco. Parece-me êste quadro excelente e num estilo eminentemente «ticianesco». O que está defronte embora de somenos merecimento, attribuo-o ao mesmo pincel, representa «S. Francisco» a quem Cristo e Santa Virgem apareceram no céu. Outros quadros há ainda na mesma capela, do mesmo estilo e mencionáveis... na capela de S. José «O Cristo e a Virgem aparecendo no céu a S. Domingos e S. Francisco» parece-me do mesmo pincel dos da capela de Nossa Senhora.*

No altar mor, logo à entrada, numa lousa assente no pavimento, lêem-se os seguintes dizeres:

S.º DE DOM JOÃO MANUEL
BISPO QUE FOI DE VISEU
E DE COIMBRA ARCEBISPO
DE LISBOA
E VISO REI DE PORTUGAL
FALECEO A 4 DE JUNHO
DO ANNO DE 1633

O nome dêste prelado anda intimamente ligado à história da igreja de Jesus. Grande protector do Convento, quis D. João Manuel instituir neste templo o jazigo de seus pais e avós e ainda o de todos os *Condes da Atalaia que na dita casa se fossem seguindo* (123). A posse da capela foi-lhe conferida por alvará de 13 de Maio de 1632 passado pelo rei D. Filipe III (124).

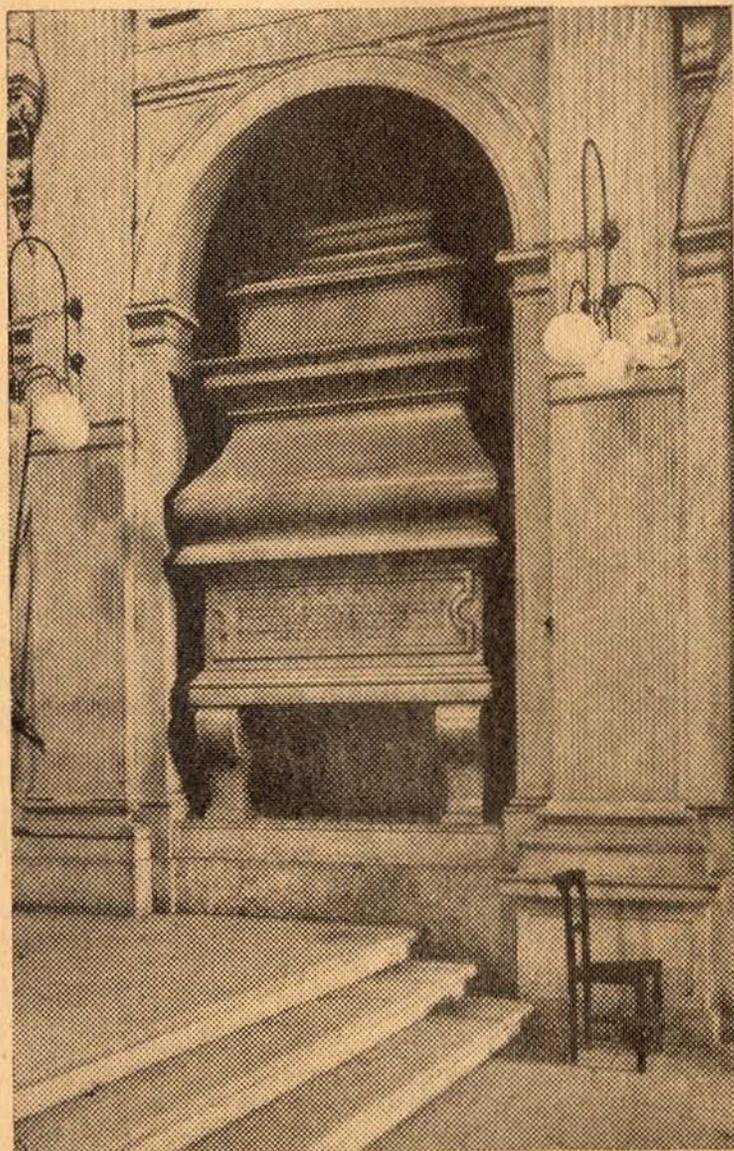
Poucos anos depois dos franciscanos terem construido o convento, e ainda a igreja estava inacabada, conseguiu D. João dos Padres Terceiros o padroado da capela mor. Era ao tempo Bispo de Viseu; fôra antes cônego da Catedral de Lisboa e esmoler-mor de D. Filipe III.

(121) *Memórias, etc.*, pág. 64.

(122) *Les Arts en Portugal*, pág. 293.

(123) Códice n.º 145 (B. N. de L.)

(124) *Livro XXIII da Chancelaria de D. Filipe III*, fl. 372 v.



Túmulo dos Atalaias existente no altar mor — lado da Epistola
(Foto Eduardo Portugal)

Filho de D. João Manuel ⁽¹²⁶⁾, Senhor de Atalaia e de Tancos, neto por bastardia de el-Rei D. Duarte e de D. Joana de Ataíde, estudou D. João Manuel na Universidade de Coimbra onde se doutorou em teologia. De Viseu, para onde fôra nomeado em 1609, passou ao Bispado de Coimbra, depois de ter recusado o da Guarda.

O zelo com que D. João Manuel solicitava o remédio para extinguir neste Reino a gente da nação Hebræa; o esplendor da sua Casa e Família; as acções de sua vida bem compassadas, lhe grangearão tão boa opinião que El-Rey D. Filipe II o nomeou Vice Rey de Portugal, em cujo governo entrou a 12 de Mayo de 1633 ⁽¹²⁶⁾. No dia immediato foi-lhe confiado também o Arcebisado de Lisboa ⁽¹²⁷⁾. Faleceu no Palácio Real da Ribeira a 4 de Junho de 1633 segundo reza o respectivo assento de óbito ⁽¹²⁸⁾ e a inscrição da sua sepultura e não a 4 de Julho, como erradamente corre impresso em algumas publicações ⁽¹²⁹⁾.

Aos quatro dias do mês de Junho de 633 faleceo o Snr Arcebispo Dom João Manoel, esta enterrado no mosteiro de Jesus nos Cardaes na sua capella q̄ fez no dito mosteiro. O R.º Cabido o não acompanhou porq̄ foi a capella Real por elle ser Viso Rei a este tempo. Fernão Luiz. Cura da See.

Num outro assento paroquial ⁽¹³⁰⁾ lê-se:

11 de Maio (1633) entrou nesta cidade o Snr. Dom João Manoel arcebispo desta cidade e Viso rei de Portugal.

⁽¹²⁵⁾ Sobre os Condes da Atalaia pode o leitor consultar o nosso trabalho *A Freguesia de S. Cristóvão*, Vol. I, pág. 130 e segs. Entre os Atalaias que estão sepultados no carneiro de Jesus sabemos de D. Maria de Noronha, marquesa de Tancos, que faleceu no dia 21 de Julho de 1758. Sobre o seu funeral diz-nos o *Gabinete Histórico* (tômo XIV, pág. 68): *Veio o seu corpo acompanhado de todos os regimentos de cavalaria e achando-se todos os de infantaria formados no largo da mesma igreja que deram as descargas das suas armas. Teve estas honras militares em atenção ao marquez seu marido.*

Também está sepultada em Jesus a 9.ª condessa da Atalaia e 3.ª marquesa de Tancos, D. Domingas Manuel que faleceu a 7 de Março de 1827 (*Gabinete Histórico*, tômo XV, pág. 15).

⁽¹²⁶⁾ *Mapa de Portugal*, Baptista de Castro, tômo V, pág. 222 e 223.

⁽¹²⁷⁾ Frei Cláudio da Conceição (*Gabinete Histórico*, tômo III, pág. 228) cita erradamente o ano de 1632.

⁽¹²⁸⁾ *Livro VI de Óbitos*, fl. 61 V (Freguesia da Sé).

⁽¹²⁹⁾ *Gabinete Histórico*, Frei Cláudio da Conceição, tômo III, pág. 229; *Mapa de Portugal*, Baptista de Castro, tômo V, pág. 275; *Dicionário de Inocencio*, tômo III, pág. 404; *História Genealógica*, Caetano de Sousa, tômo II, pág. 539; *Sumário de Vária História*, Ribeiro Guimarães, Vol. II, pág. 75, etc.

⁽¹³⁰⁾ *Livro VIII de Óbitos*, fls. 98 e 99 (Freguesia da Sé). Seria também sepultado no altar mor o corpo de D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, que foi Bispo de Macau e depois Governador das Minas Gerais? Faleceu este prelado a 7 de Março de 1799 e, segundo o autor do *Gabinete Histórico* (tômo X, pág. 77) jaz na igreja de Jesus.

13 tomou posse deste Arcebispado.

Ao pri.^o de Junho de 633 levarão da See o S.^o Sacram.^o ao Snr. Arcebispo Dom João Manoel.

Aos dous levarão a e.^a Unção da igreja de S. Julião.

Aos quatro faleceo esta enterrado no mosteiro de São Fran.^o dos terseiros.

Quando D. João Manuel faleceu não estavam ainda concluidas as obras que mandara executar neste altar mor — quando aos religiosos deste convento lhe era mays necessaria a sua vida nam só pera aperfeyçoar a capella mor que ainda se achava sem retabolo mas por em execução a muyto que determinava fazer neste convento se apressou tanto a morte, que dentro de hum mez depoyos de chegar de Madrid a Lisboa lhe faltou a vida e com ella ao convento de Nossa Senhora de Jesus e a toda a Provincia dos Religiosos Terceiros hum insigne bemfeytor e protector ⁽¹³¹⁾.

Frei Claudio da Conceição ⁽¹³²⁾, que como já vimos cita erradamente a data da morte de D. João Manuel, dá a capela já acabada quando do passamento dêste prelada — e se tinha acabado a 20 de Junho do dito ano, quatorze dias antes da sua morte. Júlio de Castilho ⁽¹³³⁾, baseado na Biblioteca Lusitana ⁽¹³⁴⁾, escreveu: *Acabou-se (a capela) em 20 de Junho de 1633, tendo o Arcebispo falecido a 4 deste mez.*

Está já provada a data em que faleceu D. João Manuel e cremos não merecer dúvidas o passo que transcrevemos do códice existente na Biblioteca Nacional que nos dá como inacabada ainda à morte do Viso-rei de Portugal a capela mor.

Foi, já o dissemos, êste Arcebispo de Lisboa grande protector do Convento de Jesus. Por sua morte, diz-nos o mesmo códice, deixou cento e quarenta mil reis cada anno de juro no real de agua desta cidade dos quais applicou cem mil reis pera quatro missas quotidianas por sua alma e de seos pays e os quarenta mil reis consignou pera fabrica de sua capella. Deixou mays sessenta mil reis cada triênio pera a despeza que se fez no capitulo Provincial em sustentar os religiosos que cada tres annos concorrem a elle com obrigacão que os capitulares nos tres dias em que se faz o capitulo serem obrigados a dizerem as missas por por sua alma. Mais adiante, refere-se ainda o mesmo documento: *Dotou mays o sobre ditto Padroeyro a capella mor de muytos e ricos ornamentos, entre os quais ha dous de grande apreço, hum que serve nas festas sollemnes, outro que tem uzo em dia dos defuntos, e no officio solemnissimo que na dita igreja se faz todos os annos pella alma de seo tam benefico padroeyro, o qual alem do riquissimo ornamento, que deixou para as celebridades mayores com os paramentos necessarios de prata sobre dourada, que nem só sam preciosos pella materia mas ainda mays pelo primor d'arte com que forão obrados, o outro ornamento para o officio*

⁽¹³¹⁾ Códice n.^o 145 (B. N. de L.).

⁽¹³²⁾ Gabinete Histórico, t^omo III, pág. 229.

⁽¹³³⁾ Bairro Alto, Vol. III, pág. 304.

⁽¹³⁴⁾ T^omo II, pág. 686.

e missa dos defuntos tem os paramentos laurados dhebano que vem a ser seys grandes tocheyras que se poem em o tumulo e seys castiças que ornam a banquetta do altar mor, dous cereais, hua cruz, hum turibolo, hũ naveta, hum prato grande com seo gomil; todas estas peggas sam obradas com tanto primor que pera serem estimadas lhe nam faz falta o preço da prata e do ouro. Fez mays doaçam a sanchristia de hum missal iluminado⁽¹³⁵⁾ com tanta perfeçam que a todos admira a singularidade da obra, que lhe foy mandado de Roma por offerta digna de se fazer a hum grande Príncipe Ecclesiastico⁽¹³⁶⁾.

Fala-nos depois das reliquias que deixou D. João Manuel a esta igreja e que devem ser, como aludimos ao tratar das capellas da nave, as que ainda hoje existem (muitas já violadas) nos dois relicários. E a terminar: *Tomou tambem o ditto Arcebispo á sua custa acabar e aperfeçoar o cruzeiro da igreja com obrigaçam que ninguem se possa interrar em sua sepultura sem instituir capella, ou missa quotidiana na igreja.*



Aos lados da capella, em cada um dos arcos sólios centrais, estão colocados dois túmulos de mármore cinzento, de certa grandeza e de correcta linha architectónica.

A inscriçãõ do que está do lado do Evangelho é a seguinte:

PRIMOG. MORT. S.
 H. S. E.
 D. NONIVS MANOEL EDVARDI PORTVG. REGIS,
 ET D. JOANNA EMANOEL P. D. JO =
 ANE MANOEL ET IVSTÁ ROIZ PEREIRA CLARISS
 FOEM. NEPOS EMAN REGIIN
 TIM. DE SINV, CVBICVLARI CVSTODIAE PFECT.
 AEDILIS MAX, CVVXORE SVA D.
 LEONORA DE MILAN COMITIS ALBAIDAE
 F. JOANIS ILARAGONIAE REGIS PRONEP.
 D. JOANES MANOEL COLLIMBR. EPISC. COM. ARGAN.
 PNEPOS PAVIS SVIS
 B. M. M. F. G.

⁽¹³⁵⁾ Obra de Estêvão Gonçalves Neto, cónego da Sé de Viseu (*Memórias de Volkmar Machado*, pág. 36). Está hoje na posse da Academia das Ciências, pelo que é designado por *missal da Academia*. É destinado só a missa de pontifical e tem o seguinte titulo: *Pontificales missæ, ex missale romanum, juxta decretum S. Con. Tridentini—Fac. 1610. Stephanus Gundisalvius*. Serviu várias vezes nas aclamações dos reis de Portugal. Consta de 76 páginas em pergaminho e 11 estampas e tem no frontespício as armas dos Manueis.

O facto de o códice da B. N. de L. nos informar que este missal veio de Roma leva-nos à conclusão que elle foi somente *iluminado* por Estêvão Gonçalves.
⁽¹³⁶⁾ Como se lê na nota antecedente foi somente pintado em Portugal.

No túmulo do lado da epístola:

PROMOG. MORT. S.
 HICIACET
 D. FREDERICVS MANOEL NONII EX LEONORA F.
 CVM OPTIMA CONIVGE D. MARIA DE ATAIDE MAGNI
 NONII FRZ DE ATAIDE F. HAEREDE
 D. JOANNES MANOEL COLLIMBR. EPISC. COM ARGANIL
 NEPOS AVIS: SVIS. OPT. MER. P.



Os quadros a óleo existentes neste altar e cujo autor se desconhece⁽¹³⁷⁾ mereceram da crítica de Raczynski⁽¹³⁸⁾ esta curiosa observação:

Na capela mor a «Visitação da Virgem a Santa Isabel», é obra belíssima, cuja maneira se aproxima muito da época clássica italiana. Outros painéis na mesma capela não deixam de ter certo character de grandeza, conquanto me não mereçam elogios. Todos eles pelo seu estilo parecem-me do fim do século XVI ou dos principios do XVII; contudo ligam-se mais à escola classica do que à dos Caracci.

Imagens que estão nesta capela:

Do lado do Evangelho, num nicho, S. Domingos e do lado da Epístola, também num nicho, S. Francisco, existentes desde a sua fundação, se bem que a primeira estivesse antes do terremoto igualmente do lado da Epístola — na capela mor se vê colocada à parte do Evangelho (porque à parte da epístola se vê São Francisco e São Domingos) a imagem de Nossa Senhora de Jesus, informa-nos Frei Agostinho de Santa Maria⁽¹³⁹⁾. No altar estão as imagens de Nossa Senhora de Jesus e a de Nossa Senhora das Mercês, esta trazida para este templo da antiga parochial⁽¹⁴⁰⁾. Sobre a banquetta, entre lindíssimos castiçais, vêem-se pequenas estátuas representando os quatro Evangelistas.

⁽¹³⁷⁾ Sabemos por Raczynski (*Dictionnaire*) que Luis Gonçalves de Sena foi autor de alguns quadros existentes em Jesus. Não podemos todavia attribuir a este pintor os da Capela mor, por os julgarmos muito anteriores à época em que aquêle artista viveu (nasceu em Santarém em 1723).

⁽¹³⁸⁾ *Les Arts en Portugal*, pág. 293.

⁽¹³⁹⁾ *Santuario Mariano*, tomo VII, pág. 110.

⁽¹⁴⁰⁾ Depois da transferência para Jesus da Parochial das Mercês a Irmandade fabriqueira e a Irmandade de Nossa Senhora de Jesus acordaram, em reunião conjunta de 13 de Maio de 1853, sobre a colocação destas duas imagens no altar-mor, tendo resolvido ficar a imagem de Nossa Senhora de Jesus da parte da Epístola e a de Nossa Senhora das Mercês do lado do Evangelho (*Livro de Termos e Actas da Irmandade de Nossa Senhora de Jesus*, fl. 99v.).

A imagem de Nossa Senhora de Jesus, como a de Nossa Senhora da Lembrança, mereceram do autor do *Santuário Mariano* o relato da sua história. Depois de nos afirmar que a imagem existente quando escreveu aquela obra (1722) já não era a primitiva — a *antiga e milagrosa porque esta era pequena e de vestidos e assim ordinariamente anda pelas casas dos seus devotos enfermos que a pedem com muita fé* — conta-nos:

Hum sacristão, pelo anno de 1690, pouco mais ou menos, mandou fazer a nova imagem, que se vê colocada á parte do Evangelho, como fica dito, a qual terá seis para sete palmos de estatura, he de escultura de madeyra, e com a mão direyta tem o Soberano Jesus Menino pela sua mão esquerda. Quando a vi, o desejei ver com sua tunica, que podia ser de huma preciosa tela mas não foy assim, porque estava vestido de soldado, com espada, chapeo de plumas, e gravata de rendas e outros ornatos bem alheios daqueles que ele usou, e do com que se devem vestir as imagens deste humildíssimo Senhor e Rey Pacifico que aborrece todas as modas, e profanidades. Com esta senhora se tem tambem muyta devoção e também com o Soberano Menino; e bem podera ser que as suas devotas sejam as q̄ cometem estas imperfeições de o vestirem em trajos de guerreiro, sendo ele tão pacifico, e manso, vestindo-o com os mesmos adornos com que querem galantear a seus filhos; & bom seria que os muito Reverendos Padres Sacristães mores daquelle Convento não consentissem se lhe fizesse outro ornato, alheyo ao que elle usou em sua vida.

Por ocasião do terremoto de 1755 a Imagem de Nossa Senhora sofreu algum dano — *por se haver quebrado as mãos da mesma Snr.ª e também rachado a cabeça* — pelo que depois de concertada — *cuja despeza de escultura e pintura fez o P.º Jose Antonio Marques* — foi benta no dia 2 de Outubro de 1756 (141).

As capelas da via sacra

Carvalho da Costa (142) fala-nos, ao descrever a igreja de Nossa Senhora de Jesus, de *cinco capellas perfeytissimas, obra moderna & de estimação* que ficavam situadas em o *circuito da capella mor, que se chama a via sacra*. Num outro documento (143) por nós já citado, alude-se somente à *Via Sacra*, para a qual se entrava pelas portas do Cruzeiro de igreja.

— A que capelas se quiz referir o autor da *Corografia*? Vejamos nós.

Existem, hoje ainda, ao lado da Capela mor e com entrada pelas portas laterais do transepto duas casas: do lado da Epístola a Capela do Senhor Jesus das Misericórdias, vulgarmente conhecida pela Capela Sousa Macedo, e do lado do Evangelho uma outra, imominada e, ao presente, sem altar algum. No corredor que separa a Capela Mor da Sacristia vêem-se dois pequenos arcos-sólios, cada um sobrepujado por uma tela já bastante deteriorada — *A morte de S. José e A Sagrada Família*. (Continua)

(141) *Livro de Termos e Actas da Irmandade, etc.*, fl. 33.

(142) *Corografia*, tomo III, pág. 495.

(143) Códice n.º 145 (B. N. de L.), fl. 206.

A I Semana dos «Amigos de Lisboa»

Conforme circular remetida aos nossos estimados associados com o número de «Olisipo» de Julho p. p., a Junta Directiva tem prosseguido nos trabalhos preparatórios da I SEMANA DOS «AMIGOS DE LISBOA», dentro do programa então indicado. Entretanto, devido a muitos pedidos recebidos nesse sentido e à ausência de Lisboa de várias individualidades, cuja comparência é indispensável para a realização integral do referido programa, vê-se forçada a Junta Directiva a adiar para a terceira semana de Dezembro, para melhor êxito do tentame e maior satisfação de todos os interessados, as projectadas I SEMANA e I CONFERÊNCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA».

Para discussão dos trabalhos, elaborou a Junta Directiva o seguinte regulamento, que publica desde já para conhecimento dos interessados, visto que a Conferência funcionará antes da publicação do número de Janeiro de «Olisipo».

I — A I CONFERÊNCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA» abrirá no dia 17 de Dezembro de 1945, em sessão plenária que será presidida pelo Presidente da Assembléia Geral e na qual serão anunciadas a ordem e distribuição definitiva dos trabalhos apresentados às respectivas Secções.

II — Nos dias e às horas que forem então anunciados reunir-se-ão separadamente as Secções dos trabalhos apresentados às respectivas Secções.

- a) de Estudos históricos e defesa do património artístico lisiponense;
- b) de Estudos sociais e económicos;
- c) de Estudos de urbanização.

III — Serão admitidos à participação nas discussões e votação dos trabalhos apresentados todos os nossos consócios que até à abertura da Conferência assim o houverem solicitado pela sua devida inscrição numa ou mais das respectivas Secções de Estudo. A inscrição é gratuita.

IV — Cada Secção de Estudo será presidida por um membro da Junta Directiva, o qual constituirá a respectiva mesa com um ou dois secretários e um relator.

V — O Presidente dirigirá livremente os trabalhos da respectiva Secção, ordenando a leitura dos trabalhos apresentados, parecer do correspondente relator, e pondo tudo à discussão e à aprovação dos assistentes.

O Presidente poderá estabelecer um tempo máximo a cada orador, consoante o aconselhar a marcha normal dos trabalhos da sessão.

VI — Concluídos os trabalhos de cada Secção, a respectiva mesa assim o comunicará ao Presidente da Junta Directiva que presidirá à sessão plenária de encerramento, a fim de êste fazer votar as conclusões e votos aprovados pelas Secções de Estudo.

VII — Não estando na alçada do nosso Grupo dar realização à maior parte dos alvitreos apresentados, mas sendo sobretudo sua função a de pôr em foco os problemas de Lisboa e recomendá-los a quem tem por missão dar-lhes essa realização, consoante as necessidades e oportunidades, lembra a Junta Directiva a conveniência de em tôdas as Secções de Estudo se chegar à formulação de conclusões e de votos que traduzam o mais possível uma expressão colectiva que, como tal, seja a considerar no seu justo valor pelas Autoridades do Estado e do Município, como ainda pela nossa massa associativa e pela opinião pública, a qual sobretudo procuramos esclarecer.

VIII — Com êsse intuito, os números próximos de «Olisipo» publicarão successivamente as principais teses e comunicações apresentadas a esta nossa I Conferência.

IX — Espera a Junta Directiva a esta principal realização do seu programa da I SEMANA DOS AMIGOS DE LISBOA a comparência do máximo número dos nossos associados, pois só assim o Grupo «AMIGOS DE LISBOA» provará publicamente o valor da sua posição de verdadeira tribuna de interesses e de aspirações da nossa cidade.

Quanto às restantes realizações da I SEMANA DOS AMIGOS DE LISBOA, tornadas públicas por circular anterior e pela Imprensa, serão os nossos associados definitivamente avisados por nova circular que lhes será expedida em fins de Novembro p. f.

Chamou a Junta Directiva a esta nossa I SEMANA um ensaio da que mais amplamente projecta para os anos futuros. Assim é. Crê todavia que êste pequeno conjunto de realizações de aparente modéstia representa alguma coisa de útil para a vida, não apenas do nosso Grupo, mas da própria cidade, como tentame que vai ser de futuras aproximações de todos nós, num ambiente cada vez maior de boa compreensão e de público interesse, prometedoras portanto do êxito da grande conquista a fazer: a formação segura duma opinião esclarecida dos problemas de Lisboa: históricos, artísticos, culturais, económicos, sociais e morais. Não basta o amor que cada um de nós tem a Lisboa; carece de ser propagado, radicado, esclarecido.

FEIRA DA LADRA

« O DIABO EM LISBOA »

Inocência Francisco da Silva, no seu **Dicionário Bibliográfico**, ao relacionar o nome de José Hermenegildo Correia, desabafa:

«Operário tipográfico que, instigado, segundo elle confessa, da necessidade de sustentar-se e à sua família, julgou conveniente reunir àquêlê mister o de escritor, confiando na verdade do adágio que diz: «Bom é um pão com dois pedaços!». Tendo começado por transportar do francês alguns romances para uma linguagem, que se não é de todo a portuguesa, a ella se assemelha, ao menos nas terminações, lançou a barra mais adiante, e viu-se dentro em pouco transformado em autor original. Suprindo com a ciência do componedor a falta de rudimentos, abrangeu nas suas lucubrações o complexo das ciências morais e políticas de mistura com as antes fabris; e trabalha há anos em demonstrar praticamente a possibilidade de resolver um problema, tido por impossível, cujo enunciado é: **Discursar em língua que se ignora sobre matérias de que nada se sabe.** É hoje publicista, economista, historiador e novelista; sendo ao mesmo tempo autor, compositor, corrector, impressor e distribuidor das produções com que não só ilustra o povo à sua moda mas fer-

nece aos maliciosos um infalível específico contra a melancolia. Talvez no **Suplemento final** irá o catálogo de todas, se o puder formar, em graça dos que pretenderem «coligi-las».

Mais nada. E vamos lá, que, como depoimento sobre a competência dum escritor público, já não foi pouco. Se adrega topar nesse dia (um qualquer dos anos 1859 ou 1860) o escritor Jaime José Ribeiro de Carvalho — o célebre e popular «autor dos diferentes originaes opúsculos de moral e hygiene» — ou caso conhecesse já alguma das suas inimitáveis produções, de certo que a comparação teria sido feita, não sei se com vantagem para José Hermenegildo Correia.

No entanto havia periódicos que publicavam encómios ao seu labor. O **Interesse Público** de 9 de Julho de 1851, por exemplo, não vacila em qualificá-lo **escritor abalizado**, depois de proclamá-lo bom pai de família, amigo fiel e cidadão probo e honesto. O pior — o que custa a vida! — é que a notícia, segundo estamos em crer, fôra feita pelo elogiado. Hoje, parece, que algumas vezes succede o mesmo.

Mas voltando a Inocência e procurando no suplemento do **Dicionário** a famosa relação das obras, nada vi que com ella se assemelhasse. **Nada pela palavra nada.** Inocência afinal tinha tido mais que fazer do que relacio-

nar obras de mais ou menos. Só algum tempo depois Martinho da Fonseca registou duas nos Aditamentos:

Dias de glória. Opúsculo à chegada e desembarque de Sua Majestade a Rainha, dedicado a Sua Majestade El-Rei D. Fernando; e Opúsculo saudoso à memória da Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Emília da Silva Cabral. Dedicado em pendor de gratidão e respeito a seu inconsolável espôso e filhos.

Esta foi impressa em 1860 na Tipografia Nova de Hermenegildo e seus Filhos, isto é, na do autor e sua prole, na rua dos Ferreiros, à Estrêla, n.º 21; aquela em 1862, na Tipografia da rua Formosa, n.º 152.

E a estas, por nossa vez, adicionaremos outra. Nem mais nem menos que *O Diabo em Lisboa* ou *Os Mistérios da Capital*, onde no ante-rostro se apresenta Bezebuth sobraçando uma caixa com «abundância de desgraças» e pintando «apontamentos de necessidades».

Esta obra, que é dividida em três tomos, ostenta o retrato do autor, foi impressa em 1851 na Tipografia Nova da Praça das Flores, n.º 16, e foi a causa d'este alinhavar de palavras.

Na verdade ela merece ser conhecida dos que se interessam pela história de Lisboa. A sua vida e os seus costumes dos meados do século pretérito estão ali. O seu autor poderia ser mau, e lá isso era, mas este seu trabalho, a um século de distância, tem um apreciável valor. O viver das famílias honradas e desonestas, as hospedarias, as repartições públicas, o aproveitamento dos galegos, onde e como se embarcava para Belém, a feira que aqui se fazia anualmente, os homens que mudavam

a casaca, a vida militar, os D. Juans, as alcoviteiras e o seu mester, o funcionamento da Casa Pia, o Bairro Alto, etc., etc., tudo lá está, de tudo se fala, e muita coisa se descreve.

«Imaginem as pessoas que ainda a não leram se não será divertido e curioso o *Diabo* e seu secretário Cabrito, no alto da Graça, avistando com o seu óculo a cidade comentando sobre tudo e sobre todos fazendo as suas reflexões, etc.».

Isto dizia o autor do comunicado bibliográfico anunciador do aparecimento de *O Diabo em Lisboa*, inserto no citado *Interêsse Público* de 9 de Julho de 1851, e digo-o eu também aos leitores desta secção, aconselhando-os, ao mesmo tempo a que adquiram a obra, caso ella se lhes depare.

Verão como o dinheiro não será mal gasto.

L. P. de M.

A POLÍCIA DE LISBOA

A-propósito do crime de que foi vítima o treinador do Sporting, Joaquim Ferreira, lia-se no «Diário da Manhã» de 11 de Agôsto, o seguinte:

«Manifestámos ontem a nossa estranheza pelo estado de abandono em que se encontra o Parque Eduardo VII. Os seus portões escancarados dia e noite são convite, quando a escuridão é profunda, a actos reprováveis e a cenas degradantes. Simultaneamente tornou-se velhacoito de ladrões e dormitório de vândios. O prolongamento da Avenida da Liberdade, projecto que levou ao desaparecimento do lago e da

iluminação, não sabemos quando será realidade.

Ora isto em pleno coração duma cidade que justamente se ufana de ser uma das mais belas do mundo, passa tôdas as marcas — e tem de acabar.

Fechando os portões, durante a noite? Huminando e policiando o Parque? Como se entender mais útil. Mas é necessário que êsse estado de coisas termine — e imediatamente».

Perfeitamente. Ninguém deixará de aplaudir as palavras enérgicas e precisas que acabamos de transcrever. Simplesmente com a Polícia é que nos parece afoiteza contar...

Há muito tempo que só a vemos nas plataformas dos «eléctricos»!

O BECO DAS MIL PATACAS

O pequeno beco das Mil Patacas é do Alfama e na divisão paroquial pertence à freguesia de Santo Estêvão. Abre-se no beco da Lapa, não tem saída, e o seu nome é um dos que, pelo menos ao signatário, tem dado que pensar. Algum tesouro em autênticas patacas teria sido por ali descoberto? A frondosa árvore das ditas teria por ali dado o seu precioso fruto? Das Mil Patacas por quê?

Mas a resposta — e formalíssima — já nos foi dada, e por ela se vê que o letreino camarário é que não está de acôrdo com a verdade, e não está de acôrdo nanja por culpa dos serviços

municipais, mas por que a gentinha do sítio assim o quis.

O primitivo nome do beco não foi das Mil Patacas, mas do Mil Patacas, isto é, não ousava invocar aquela moeda aos milheiros, mas apenas memorar um morador local com aquela alcunha. Era assim em 1666.

Depois, nos princípios do século seguinte, aí por 1708, já perdida para as novas gerações a razão do nome, vá de começarem a denominá-lo beco de Mil Patacas, até que pouco tempo antes do terremoto grande, passaram a designá-lo por beco das Mil Patacas.

O homem da aliciante alcunha é que não sabemos quem tivesse sido, mas porventura foi homem do mar da carreira da Índia.

ANTÓNIO DA PAMPULHA

CARTÕES DE IDENTIDADE

Por determinação oficial tiveram de ser modificados os nossos cartões de identidade, devendo os senhores sócios promover a substituição dos antigos — fundo verde — pelos novos — fundo creme — até ao fim de Dezembro p. f., visto que em Janeiro de 1946 já não podem ser apresentados os antigos cartões.

Para a substituição, que custa 2\$50, e que pode ser feita na Secretaria do Grupo em qualquer dia útil, das 10 às 12 ou das 14 às 18 horas, é necessária uma fotografia.

INDICE DO 8.º VOLUME — 1945

A FISIONOMIA DA CIDADE E A ARQUITECTURA URBANA, por NORBERTO DE ARAÚJO	Pág. 123
A IGREJA DE NOSSA SENHORA DE JESUS, por FERREIRA DE ANDRADE, páginas 85, 140 e	» 217
A MOURARIA, O ARCO E A PACIÊNCIA DOS LISBOETAS, por Luís PASTOR DE MACEDO	» 67
A I SEMANA DOS «AMIGOS DE LISBOA»	» 201
ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA», DURANTE O ANO DE 1944	» 56
«AMIGOS DE LISBOA» (LISTA DOS SÓCIOS APROVADOS DURANTE O ANO DE 1944)	» 58
AS SETE COLINAS DE LISBOA, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA	» 3
COISAS QUE FALTAM EM LISBOA, pelo DR. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA	» 159
DE QUE MORREU A SEVERA?, pelo DR. AMARO DE ALMEIDA	» 100
ESTUDOS OLISIPONENSES NA UNIVERSIDADE DE LISBOA, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA	» 179
FEIRA DA LADRA, página 174 e	» 227
FONTES DA ALDEIA — CHAFARIZES DA CIDADE, pelo PROF. ARMANDO DE LUCENA	» 188
IGREJAS DA PAMPULHA, por SIDÓNIO MIGUEL, p. 79 e LISBOA VISTA PELOS ESTRANJEIROS — UMA DISCRICÃO DA CIDADE, por TIRSO DE MOLINA	» 161
RELAÇÃO DAS CASAS FOREIRAS, EM 1539, À IGREJA DE S. CRISTÓVAM, por FERREIRA DE ANDRADE	» 114
RELATÓRIOS APRESENTADOS À ÚLTIMA ASSEMBLÉIA GERAL	» 32
RELATÓRIOS APRESENTADOS À ÚLTIMA ASSEMBLÉIA GERAL	» 118

O PÓRTO DE LISBOA ATRAVÉS DOS SÉCULOS, por JOSÉ DIAS SANCHES	Pág. 201
PALESTRA PROFERIDA NA VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA» ÀS INSTALAÇÕES DA SOCIEDADE ABEL PEREIRA DA FONSECA, pelo Sr. ALFREDO RAMOS	» 108
PALESTRA PROFERIDA NA VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA» À SOCIEDADE DE GEOGRAFIA, pelo Sr. CORONEL LOPES GALVÃO	» 126
PALESTRA PROFERIDA NA VISITA DOS «AMIGOS DE LISBOA» À MANUTENÇÃO MILITAR, pelo Sr. TENENTE RODRIGO DE MATOS AZEVEDO LEAL JÚNIOR	» 135
UM VESTÍGIO DOS CRUZADOS INGLÊSES DE 1147 NA TOPONÍMIA DE LISBOA?, pelo Eng. A. VIEIRA DA SILVA	» 195
UM CÔNSUL DA RÚSSIA EM LISBOA, por J. M. CÔRDEIRO DE SOUSA	» 29
UM SONETO DE LUÍS DE ARAÚJO	» 54
UMA ALFAMA NOVA, por NORBERTO DE ARAÚJO	» 14

Empsêsa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE Lisboa, Madeira e Açores

Escalas e datas das saídas dos vapores:

Em 8 de cada mês para Madeira, Santa Maria, S. Miguel Terceira Graciosa, (Santa Cruz), S. Jorge, (Calheta) Lages do Pico e Faial.

Em 23 de cada mês para: Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Praia), S. Jorge (Velas), Cais do Pico, Faial, Côrvo e Faial (Lages e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Côrvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele pôrto no mês de Fevereiro só para troca de correspondência e serviço de passageiros.

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.^a classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.^o

Telef. 20214

Passagens de 1.^a e 2.^a classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

Na Madeira

BLANDY BROTHER & C.^o

Em Ponta Delgada

BENSAUDE & C.^a

Se os seus olhos não são verdes...

leia:

OS OLHOS ERAM VERDES

O novo romance de

AUGUSTO DA COSTA

Edição da

Parceria António Maria Pereira

Casa dos Panos

A primeira casa da especialidade

Sortimento completo em panos
brancos e de côr e em linhas
:—: de todas as larguras :—:

45, RUA DOS FANQUEIROS, 49

(à esquina da Rua de S. Julião)

Se os seus olhos são verdes...

leia:

OS OLHOS ERAM VERDES

O novo romance de

AUGUSTO DA COSTA

Edição da

Parceria António Maria Pereira

OCIDENTE

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

Director: ÁLVARO PINTO

*Preços das assinaturas, por ano
com direitos aos números especiais*

Portugal, 120\$00; Brasil, 120\$00; Colónias
Portuguesas, 125\$00; Estrangeiro, \$7 (ch)

**Rua do Salitre, 155—Lisboa
PORTUGAL**

Acaba de aparecer

“A NOSSA LISBOA”

por Gustavo de Matos Sequeira
e Luís Pastor de Macedo

Um dos melhores livros que se têm
escrito sobre Lisboa: Sua História,
suas tradições perdidas, a nomenclatura
pitoresca das suas travessas e bôcos,
suas figuras típicas e populares, seus
usos e costumes, suas notas alegres
e sentimentais

1 grosso volume de mais de 400 pági-
nas, com magníficos desenhos de Rocha
Vieira e José Espinho e capa de Fran-
cisco Valença — **Escudos 40\$00**

A' venda em tôdas as livrarias

Edição da **PORTUGALIA EDITORA**
Av. da Liberdade, 13 - 3.º — LISBOA

O Senado da Câmara e a Guerra Civil

por Ferreira de Andrade

— **Título dos capítulos** —

No alvorecer do liberalismo —
Da «Vilafrancada» aos últimos
dias do reinado de D. João VI —
A regência da Infanta D. Isabel.
D. Miguel, regente do Reino — O
efémero reinado de D. Miguel I —
O estabelecimento do
:: regime parlamentar ::

Tiragem limitada — 200 exemplares
numerados e rubricados pelo autor.
Edição bastante ilustrada.

Preço 30\$00 - Para os sócios 27\$

PÉROLA DO ROCIO, LDA.

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

Casa especializada em Chá,
Café, Bolachas, Bombons
e Chocolates

Rocio, 105-Lisboa

Telefone 2 0744

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça
Trabalhos de Carpintaria e Marcenaria

Tel. 2 1483 ◆ 42, RUA DA VINHA, 42-A ◆ **LISBOA**

CIMENTO TEJO

CANTARIAS — MARMORES

ANTONIO MOREIRA RATO & F.^{OS}, L.^{DA}

Telefone 6 0879

Telegramas — RATOFILHOS

Avenida 24 de Julho, 74-F.

LISBOA

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Rua da Madalena, 211-3.º — LISBOA

TELEFONE 2 8933 — 5 1556

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161 / Telef. 2 4264-65 P. B. X. / **Lisboa**

Rua Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 P. B. X. / **Pôrto**

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sêdas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

EDITORIAL
IMPÉRIO
L I M I T A D A

*Trabalhos gráficos em todos
os géneros, pelos processos
mais modernos*

Rua do Salitre, 151-155
Telefone 53173/4—LISBOA

...piba escolher a sua seguradora

ULTRAMARINA

É UMA COMPANHIA PORTUGUESA
DE CAPITAIS PORTUGUESES
ADMINISTRADA POR PORTUGUESES

S SUAS RESERVAS LIVRES SAO AS MAIORES
DE TODAS AS COMPANHIAS NACIONAIS

...de em Lisboa—R. da Prata, 108—Telef. P. A. B. X.—23348/9

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

Fotogravura
Tipografia
Fotólito
Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef.-21368 2 1227

...liciano José da Silva



...urivesaria, Jóias
e Relojoaria



Rua Augusta, 163
LISBOA

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

Capital: 80.000.000\$00

Fundos de Reserva: 64.800.000\$00

SEDE: 95, Rua do Comércio, 119—LISBOA



Filiais — Pôrto, Coimbra, Braga, Faro e Covilhã

Agências — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João
da Madeira, Santarém, Tórres Novas, Mangualde,
Tórres Vedras, Tortozendo, Moura, Figueiró dos
Vinhos, Matozinhos e Olhão

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcânta-
ra, Almirante Reis, Benfica, Conde Barão e
Poço do Bispo



EFFECTUA TODAS AS
OPERAÇÕES BANCARIAS

Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda
Bairro da Mina
A M A D O R A



Leilões de livros

...cure, para venda dos
...s livros, a única forma
de os colocar bem

...RINALDO HENRI-
...UES DE OLIVEIRA

Já fez 119 leilões
L. do Calhariz, 14
Telef. 2 8477

CASA dos PANOS

A PRIMEIRA CASA
DA ESPECIALIDADE

Sortimento completo em
panos brancos e de côr
e em linhas de tôdas as
larguras

45, R. DOS FANQUEIROS, 49
(à esquina da Rua de S. Julião)

...lguel A. Fraga, L.^{da} R. da Palma, 26-28—LISBOA

...rivesaria, relojoaria e joalharía

...ande sortido em MONOGRAMAS

...ouro e prata para carteiras

...sempre jóias em 2.^a mão

Tudo mais barato

OURO só pelo peso

Compra-se Ouro, Prata
e Brilhantes

Descontos especiais a todos
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-
lhas, Alfinetes, etc., com retra-
tos esmaltados
em todos os formatos

Ourivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JÓIAS — OURO — PRATAS — RELÓGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA